



Relatório Gerencial

Introdução

O presente Relatório Gerencial tem como finalidade apresentar mensalmente as informações das gestões previdencial, administrativa e de investimentos para avaliação e aprovação do Conselho Fiscal, como forma de fortalecer a governança e seus controles internos (Estatuto da Previnorte, Art.34, Parágrafo único).

É de competência do Diretor-Presidente da Previnorte encaminhar ao Conselho Deliberativo o Relatório Gerencial, resoluções da Diretoria-Executiva e atas do Conselho Fiscal, mensalmente (Estatuto da Previnorte, Art.37, inciso V).

A elaboração dos Relatórios Gerencial, de Controles Internos, de Monitoramento do Andamento das Ações e dos Projetos, entre outros, para a prestação de contas junto aos colegiados, é de responsabilidade da Gerência de Governança, Riscos e Controle, ratificada pela RD 033/2025, de 18 de março de 2025.

Sumário

1. Informações Gerais	4
2. Planos de Benefícios e PGA.....	7
2.1. Planos de Benefícios Definido.....	7
2.1.1. Plano 01-A	7
2.1.2. Plano 02-A	13
2.1.3. Plano 03-A	17
2.2. Planos de Contribuição Definida	21
2.2.1. Plano 01-B	21
2.2.2. Plano 02-B	26
2.2.3. Plano 03-B	31
2.2.4. Plano PrevInova.....	36
3. Fluxo de Recursos dos Planos	40
4. Gestão Orçamentária.....	42
5. Gestão Administrativa.....	47
6. Gestão de Riscos e Controles Internos.....	50
7. Administração dos Fundos de Investimentos.....	69
8. Outras informações:	72

1. Informações Gerais

1.1. A Previnorte

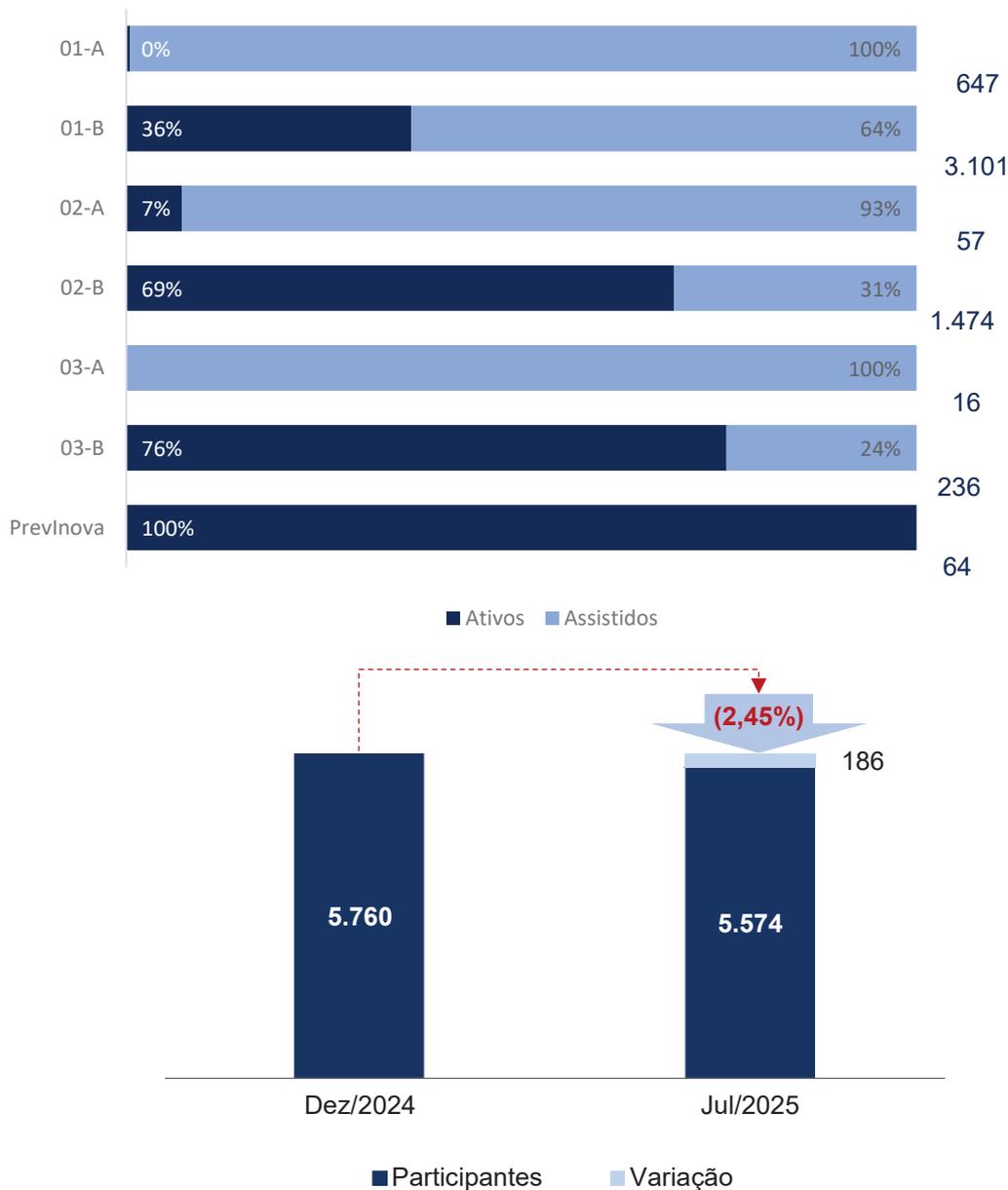
Em 31 de julho de 2025, o patrimônio dos Planos fechou em R\$ 4,59 bilhões, com 5.574 participantes.

No ranking divulgado pela Revista Abrapp julho/agosto de 2025, a Previnorte ocupava o 46º lugar entre as fundações, sendo o Plano 01-B (Eletronorte) o 13º maior plano de contribuição definida do sistema.



Ranking
Abrapp

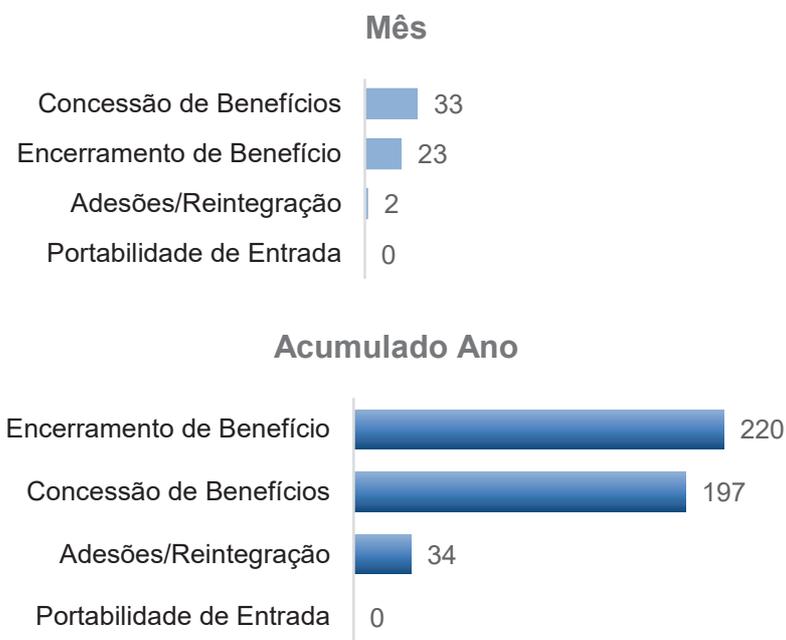
1.2. Quantitativo de Participantes



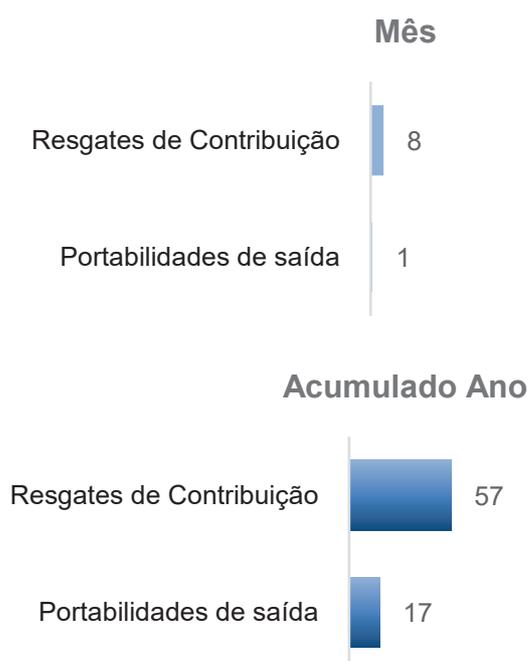
1.2.1. Movimentação de Participantes

Demonstrado a seguir, o quantitativo de participantes referentes às movimentações de entradas, saídas e encerramento do benefício nos planos, em 31 de julho de 2025:

a. Adesão, Concessão e Encerramento de Benefícios:



b. Portabilidades de Saída e Resgates de Contribuição:



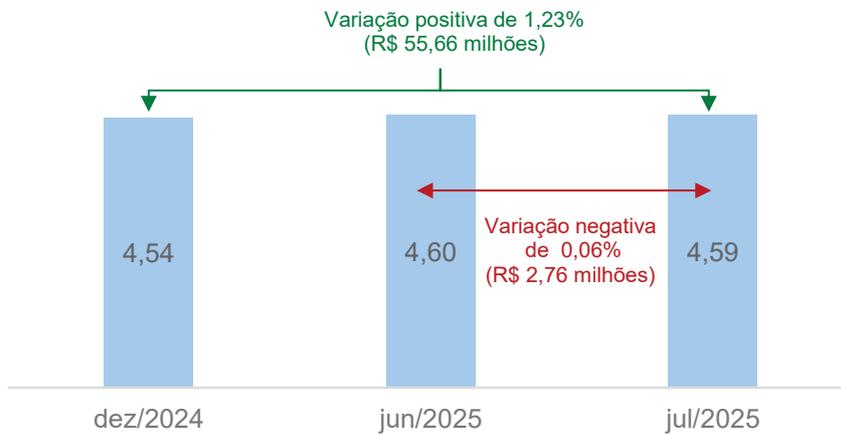
1.2.2. Quantitativo de Participantes nos últimos 5 anos



1.3. Composição Patrimonial Consolidada

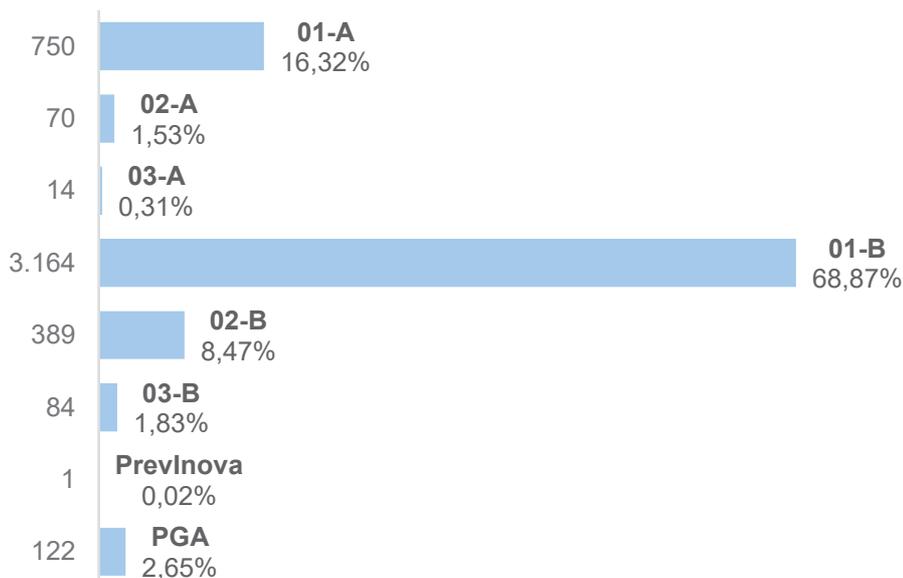
O patrimônio dos Planos de Benefícios e do PGA, em 31 de julho de 2025, apresentou variação negativa de 0,06%, em relação ao mês anterior (R\$ 2,76 milhões) e, variação positiva 1,23% (R\$ 55,66 milhões), quando comparado ao mês de dezembro de 2024.

Em R\$ bilhões



1.3.1. Alocação do Patrimônio dos Planos de Benefícios e PGA

Em R\$ milhões

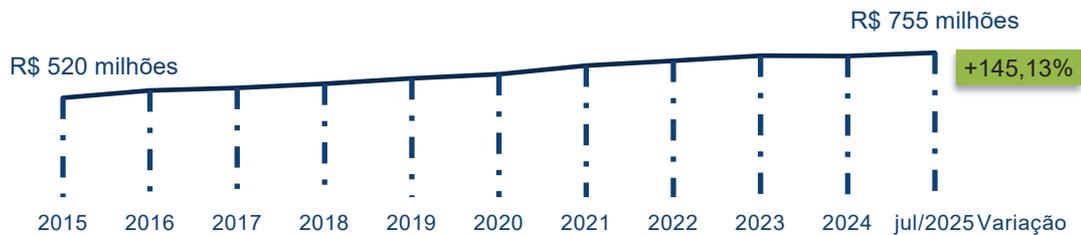


2. Planos de Benefícios e PGA

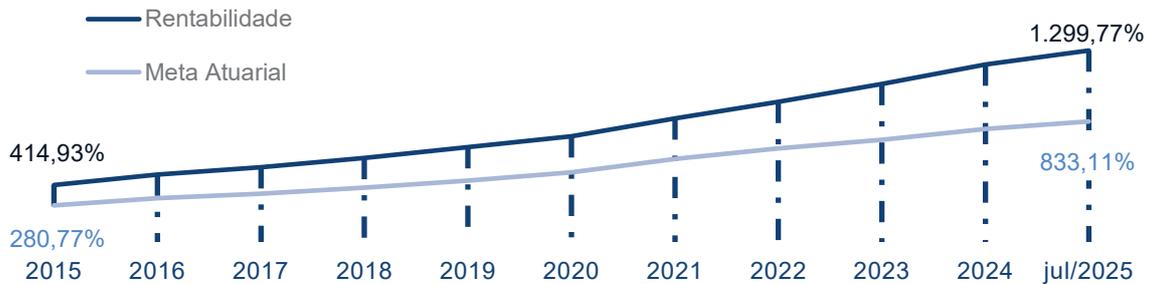
2.1. Planos de Benefícios Definido

2.1.1. Plano 01-A

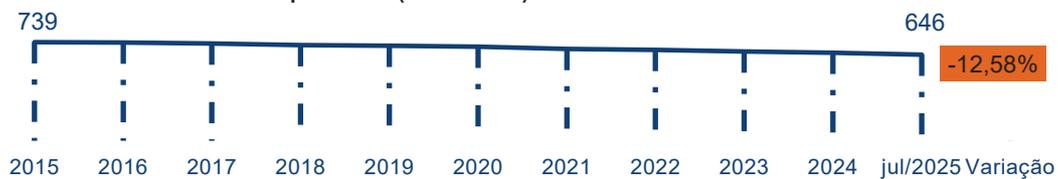
a. Evolução Patrimonial (10 anos)



b. Histórico de Rentabilidade *vs* Meta (10 anos)



c. Histórico de Participantes (10 anos)

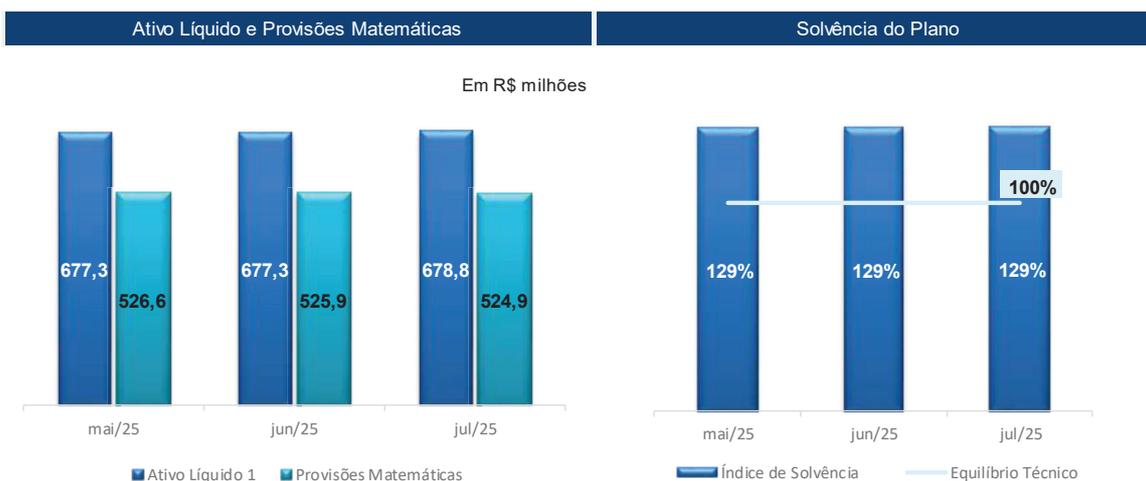


d. Gestão Previdencial

d.1. Gestão Previdencial

Em R\$

Ativo Total	Provisões Matemáticas	Superávit Técnico	Fundos	Exigível Operacional e Contingencial
754,8 milhões	524,9 milhões	153,9 milhões	71,5 milhões	4,5 milhões



d.2. Fluxo de Recursos

Em R\$ mil			Em R\$ mil		
Entrada	Mês atual	Exercício	Saída	Mês atual	Exercício
Contribuições	196	1.379	Benefícios	4.152	27.996
Outros recursos correntes ²	8	55	Distribuição de Superávit	750	5.939
Total de Entradas	204	1.434	Total de Pagamentos	4.902	33.935

d.3. Distribuição de Superávit

Os recursos alocados no Fundo Previdencial são destinados à distribuição de superávit, constituído no exercício de 2015, no valor de R\$ 33 milhões, aprovado pelo CD na 320ª Reunião, realizada em 29 de agosto de 2019, e começou a ser distribuído na modalidade redução de contribuição aos participantes ativos, assistidos e pensionistas no mês de janeiro de 2020. A seguir, a composição da distribuição:

Em R\$ mil					
Descrição	Nº de Participantes	Saldo Jun/2025	Atualização	Distribuição*	Saldo Jul/2025
Patrocinador	-	13.622	118	(4)	13.736
Participantes	5	4.263	37	(4)	4.296
Assistidos ³	368	21.708	187	(176)	21.719
Total	373	39.593	343	(184)	39.751

¹ **Ativo Líquido** = Ativo Total - Exigível Operacional – Exigível Contingencial – Operações Transitórias

² Redução Atuarial

³ **Assistidos**: Não contemplou os pensionistas.

Em 18 de dezembro de 2023, na 380ª Reunião, o CD aprovou por unanimidade o segundo Plano de Distribuição de Superávit do Plano 01-A na modalidade benefícios adicionais, no valor de R\$ 32 milhões a ser pago em 36 (trinta e seis) parcelas, sendo que, para os assistidos as 24 (vinte e quatro) primeiras parcelas foram pagas de uma vez em abril de 2024, concluída em abril de 2025. A seguir, a composição da distribuição:

Em R\$ mil					
Descrição	Nº de Participantes	Saldo Jun/2025	Atualização	Distribuição*	Saldo Jul/2025
Patrocinador ⁴	-	7.674	67	-	7.741
Participantes ⁵	5	727	6	(30)	703
Assistidos ⁶	661	-	-	-	-
Total	666	8.401	73	(30)	8.444

Em 16 de dezembro de 2024, na 400ª Reunião, o CD aprovou por unanimidade a terceira Plano de Distribuição de Superávit do Plano 01-A, na modalidade Benefícios Especial Temporário - BET no valor de R\$ 19 milhões a ser pago em 36 (trinta e seis) parcelas, iniciada em abril de 2025. A seguir, a composição da distribuição:

Em R\$ mil					
Descrição	Nº de Participantes	Saldo Jun/2025	Atualização	Distribuição*	Saldo Jul/2025
Patrocinador ⁴	-	2.323	20	-	2.343
Participantes ⁵	4	661	6	-	667
Assistidos ⁶	643	15.360	129	(535)	14.954
Total	647	18.344	155	(535)	17.964

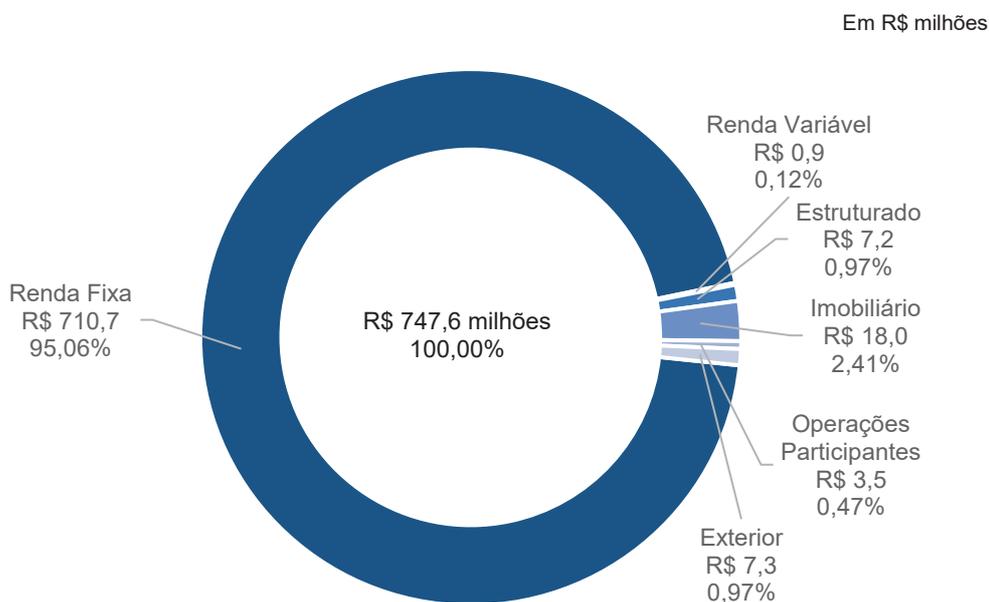
⁴ **Patrocinador:** Valores atualizados mensalmente, aguardando alteração do Regulamento para distribuição.

⁵ **Participante:** Valores atualizados mensalmente, a ser pago em benefício quando concedido.

⁶ **Assistidos:** Instituição de Benefício Eventual, a ser pago em 36 (trinta e seis) parcelas.

e. Gestão de Investimentos

e.1. Alocação de Recursos



e.2. Limites de Alocação

Resolução CMN nº 4.994, de 24 de março de 2022, alterada pela Resolução CMN nº 5.202/2025.

Em %

	Por Segmento	Alocação	Limite Legal	Limite PI
Art. 21,23,24,25 e 26	Renda Fixa	95,06	100,00	100,00
	Renda Variável	0,12	70,00	10,00
	Estruturado	0,97	20,00	15,00
	Imobiliário	2,41	20,00	10,00
	Operações Participantes	0,47	15,00	15,00
	Exterior	0,97	10,00	10,00

	Por Emissor	Alocação	Limite Legal	Limite PI
Art. 27	Inciso I - Tesouro Nacional	93,21	100,00	100,00
	Inciso II - Instituição financeira bancária	0,87	20,00	20,00
	Inciso III - Demais emissores	4,81	10,00	10,00

	Concentração por Emissor	Alocação	Limite Legal	Limite PI
Art. 28	FI de índice ref. em cesta de ações de companhias abertas Inciso I, alínea c	0,14	25,00	25,00
	Inciso I, alínea d	2,30	25,00	25,00
Alocação em derivativos				
Art. 30	A Fundação mantém posição em derivativos por meio de fundos de investimentos. O controle é realizado por veículo de investimentos e está enquadrado nos limites estabelecidos pela legislação.			

e.3. Vedações

Resolução CMN nº 4.994, de 24 de março de 2022, alterada pela Resolução CMN nº 5.202/2025.

Vedações	
Art. 36	Não foram observadas vedações.

e.4. Rentabilidade

Segmento	Rentabilidade Mês e Ano		Em %		
			Benchmark	Atribuição de Performance	
				Ano	Mês
Renda Fixa	0,87	7,00	7,78	0,80	6,15
Renda Variável	1,27	11,62	10,62	0,01	0,01
Estruturado	0,16	8,44	10,27	0,01	0,08
Imobiliário	0,50	6,37	3,30	0,01	0,05
Operações Participantes	0,89	8,53	5,57	0,02	0,16
Exterior	4,31	1,41	(0,56)	0,01	0,02
Consolidado	0,86	6,47	5,57	0,86	6,47

■ Rentabilidade Ano ■ Rentabilidade mês

e.5. Precificação Curva vrs Mercado (MtM)

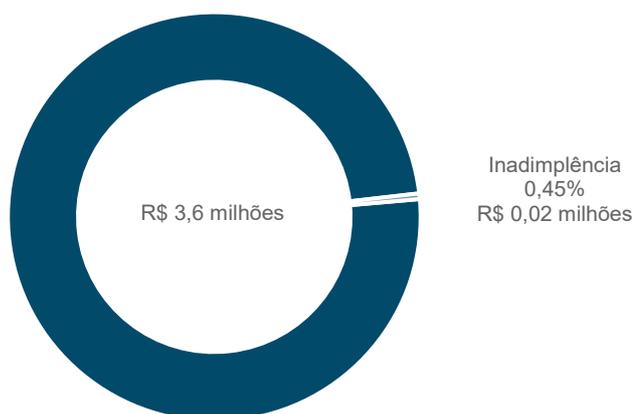
Em R\$ milhões

Curva Posição	Mercado Simulação	Resultado da Simulação
629,9	554,5	(75,4)

A marcação na curva considera a taxa contratada na aquisição do título, desconsiderando as oscilações do mercado. Por isso, apresentou resultado positivo no mês, refletindo a valorização esperada pelo carregamento dos títulos até o vencimento.

Já a marcação a mercado precifica os ativos conforme as taxas vigentes na data de referência.

e.6. Operações com Participantes – Inadimplência



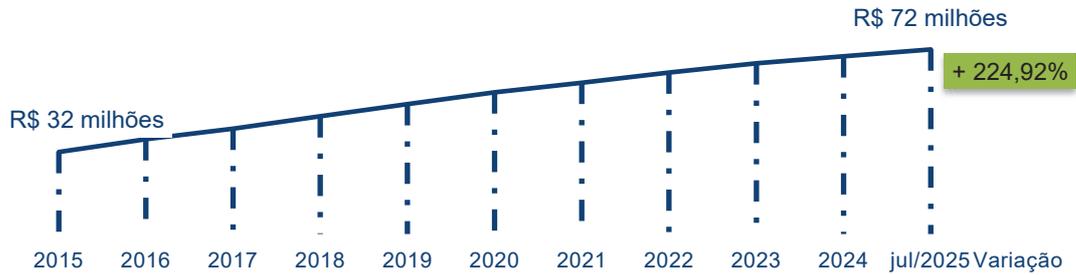
Os valores da Carteira de Empréstimos foram registrados, conforme a Resolução Previc nº 23/2023, Artigos 200 e 203, com alterações pela Resolução Previc nº 25/2024.

“Art. 200 - É vedado o reconhecimento de receitas de qualquer natureza, no resultado do período, relativas a ativos financeiros que apresentem atraso igual ou superior a noventa dias, no pagamento de parcela de principal ou de encargos.

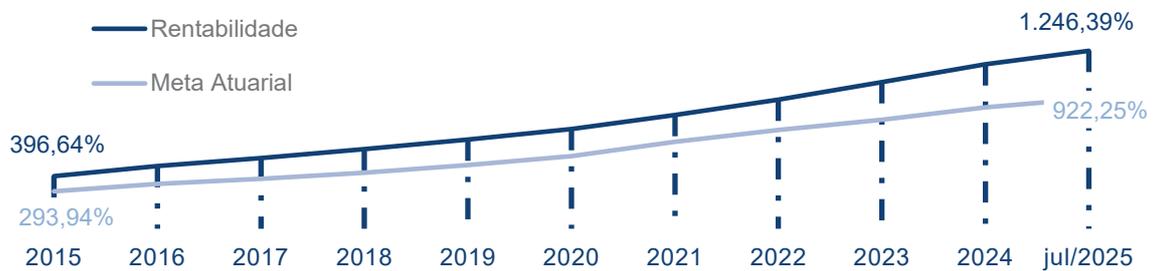
Art. 203 - Os ativos financeiros devem ser baixados contabilmente nas seguintes condições: I – quando a recuperação do seu valor for improvável; II - quando o ativo estiver provisionado 100% (cem por cento) conforme estabelecido no inciso VII do art. 199”.

2.1.2. Plano 02-A

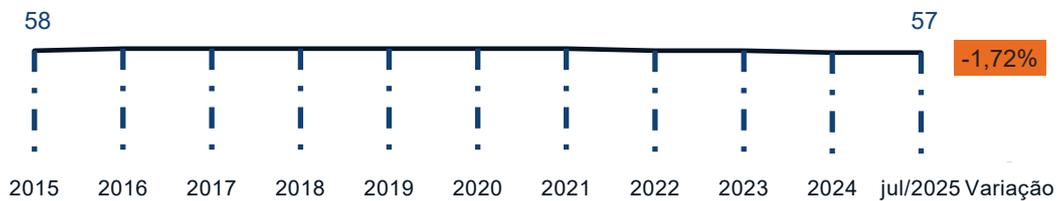
a. Evolução Patrimonial (10 anos)



b. Histórico de Rentabilidade versus Meta (10 anos)



c. Histórico de Participantes (10 anos)

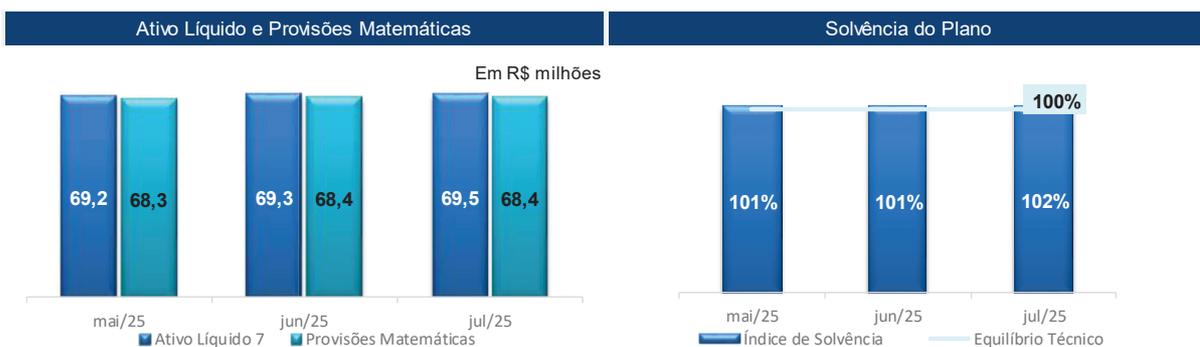


d. Gestão Previdencial

d.1. Gestão Previdencial

Em R\$

Ativo Total	Provisões Matemáticas	Superávit Técnico	Fundos	Exigível Operacional e Contingencial
72,2 milhões	68,4 milhões	1,1 milhões	1,8 milhões	0,9 milhões

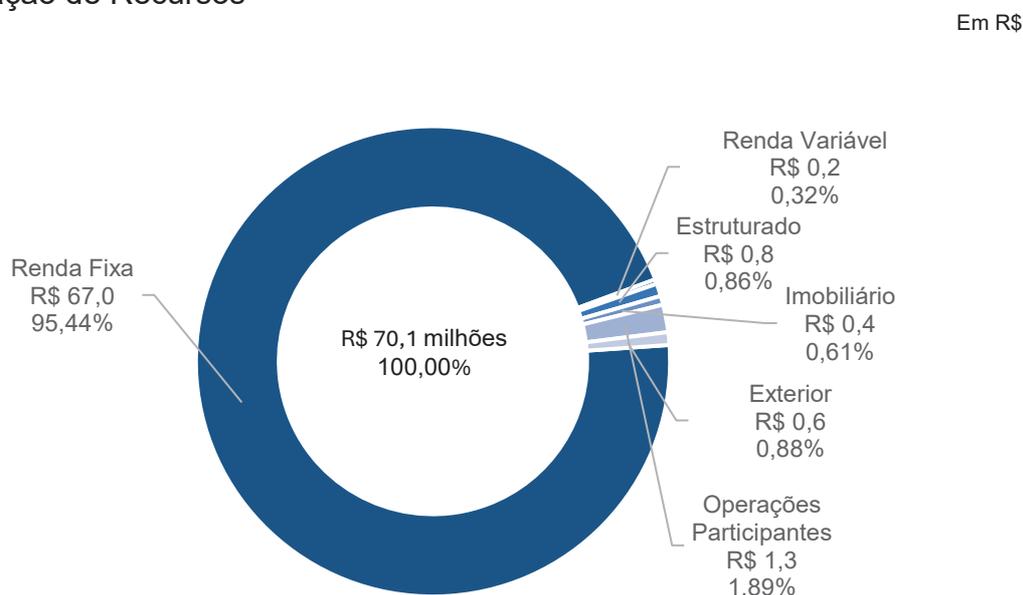


d.2. Fluxo de Recursos

Em R\$ mil			Em R\$ mil		
Entrada	Mês atual	Exercício	Saída	Mês atual	Exercício
Contribuições	49	352	Benefícios	381	2.630
Total de Entradas	49	352	Total de Pagamentos	381	2.630

e. Gestão de Investimentos

e.1. Alocação de Recursos



⁷Ativo Líquido = Ativo Total - Exigível Operacional – Exigível Contingencial – Operações Transitórias

e.2. Limites de Alocação

Resolução CMN nº 4.994, de 24 de março de 2022, alterada pela Resolução CMN nº 5.202/2025.

Em %

	Por Segmento	Alocação	Limite Legal	Limite PI
Art. 21,23,24,25 e 26	Renda Fixa	95,44	100,00	100,00
	Renda Variável	0,32	70,00	10,00
	Estruturado	0,86	20,00	15,00
	Imobiliário	0,61	20,00	10,00
	Operações Participantes	1,89	15,00	15,00
	Exterior	0,88	10,00	10,00
	Por Emissor	Alocação	Limite Legal	Limite PI
Art. 27	Inciso I - Tesouro Nacional	90,93	100,00	100,00
	Inciso II - Instituição financeira bancária	2,27	20,00	20,00
	Inciso III - Demais emissores	6,16	10,00	10,00
	Concentração por Emissor	Alocação	Limite Legal	Limite PI
Art. 28	FI de índice ref. em cesta de ações de companhias abertas Inciso I, alínea c	0,01	25,00	25,00
	Inciso I, alínea d	0,19	25,00	25,00
	Inciso II	0,74	15,00	15,00
Alocação em derivativos				
Art. 30	A Fundação mantém posição em derivativos por meio de fundos de investimentos. O controle é realizado por veículo de investimentos e está enquadrado nos limites estabelecidos pela legislação.			

e.3. Vedações

Resolução CMN nº 4.994, de 24 de março de 2022, alterada pela Resolução CMN nº 5.202/2025.

	Vedações
Art. 36	Não foram observadas vedações.

e.4. Rentabilidade

Segmento	Rentabilidade Mês e Ano	Em %		
		Benchmark	Atribuição de Performance	
			Ano	Mês
Renda Fixa		7,78	0,80	6,44
Renda Variável		10,62	(0,01)	0,04
Estruturado		10,27	0,01	0,08
Imobiliário		3,30	0,03	0,15
Operações Participantes		6,04	0,01	0,05
Exterior		(0,56)	0,01	0,02
Consolidado		6,04	0,85	6,78

■ Rentabilidade Ano ■ Rentabilidade mês

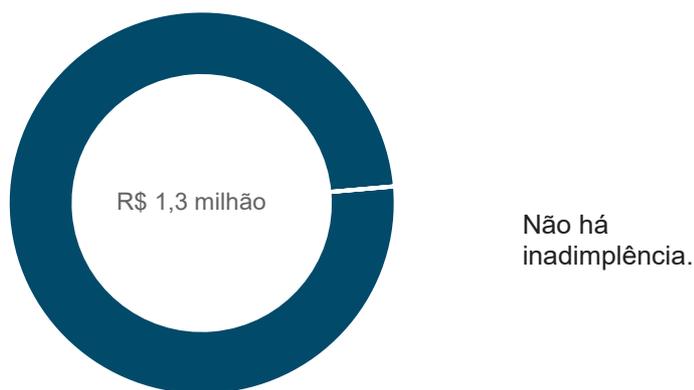
e.5. Precificação Curva vrs Mercado (MtM)

Em R\$ milhões		
Curva Posição	Mercado Simulação	Resultado da Simulação
50,5	45,2	(5,3)

A marcação na curva considera a taxa contratada na aquisição do título, desconsiderando as oscilações do mercado. Por isso, apresentou resultado positivo no mês, refletindo a valorização esperada pelo carregamento dos títulos até o vencimento.

Já a marcação a mercado precifica os ativos conforme as taxas vigentes na data de referência.

e.6. Operações com Participantes – Inadimplência



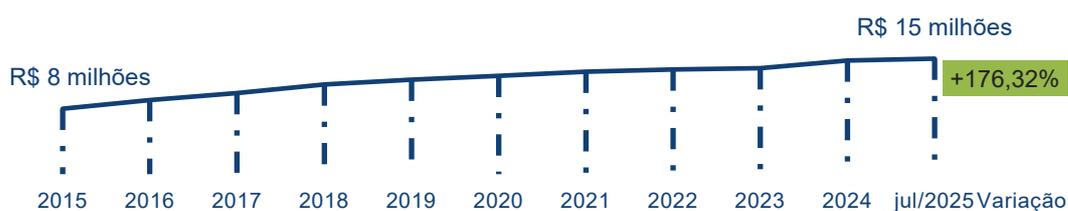
Os valores da Carteira de Empréstimos foram registrados, conforme a Resolução Previc nº 23/2023, Artigos 200 e 203, com alterações pela Resolução Previc nº 25/2024.

“Art. 200 - É vedado o reconhecimento de receitas de qualquer natureza, no resultado do período, relativas a ativos financeiros que apresentem atraso igual ou superior a noventa dias, no pagamento de parcela de principal ou de encargos.

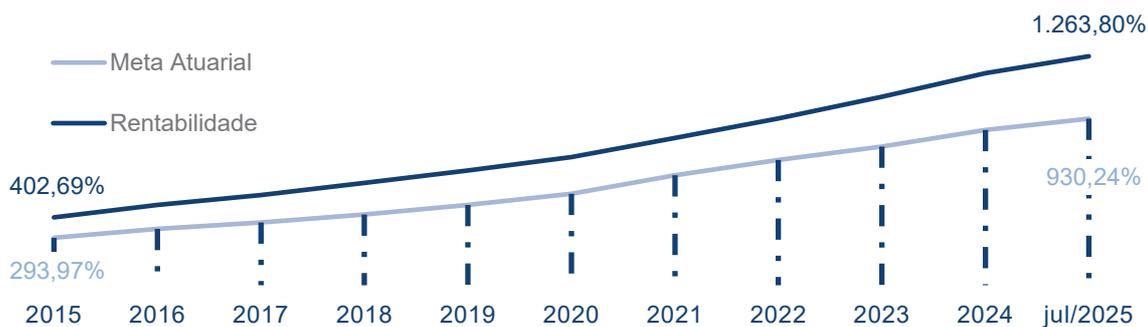
Art. 203 - Os ativos financeiros devem ser baixados contabilmente nas seguintes condições: I – quando a recuperação do seu valor for improvável; II - quando o ativo estiver provisionado 100% (cem por cento) conforme estabelecido no inciso VII do art. 199.”

2.1.3. Plano 03-A

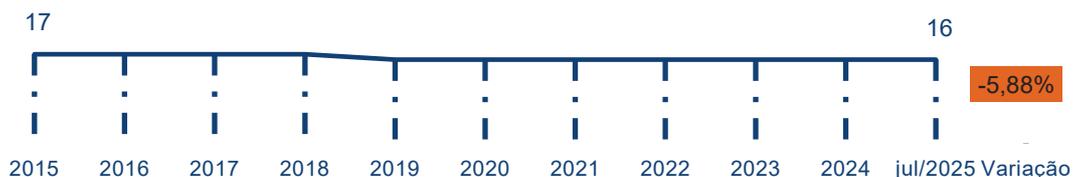
a. Evolução Patrimonial (10 anos)



b. Histórico de Rentabilidade *vrs* Meta (10 anos)



c. Histórico de Participantes (10 anos)



d. Gestão Previdencial

d.1. Gestão Previdencial

Em R\$

Ativo Total	Provisões Matemáticas	Déficit Técnico	Fundos	Exigível Operacional e Contingencial
14,6 milhões	16,4 milhões	(2,1 milhões)	0,2 milhões	0,1 milhões



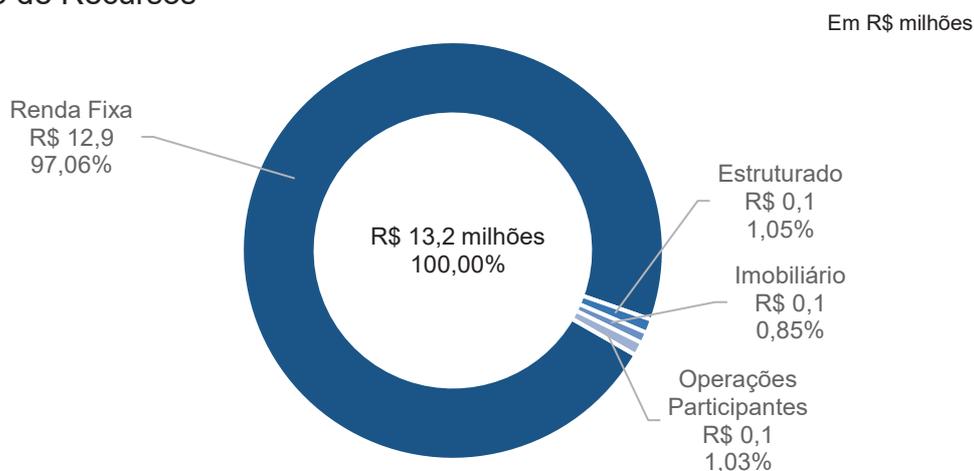
d.2. Fluxo de Recursos

Em R\$ mil			Em R\$ mil		
Entrada	Mês atual	Exercício	Saída	Mês atual	Exercício
Contribuições	7	43	Benefícios	113	768
Total de Entradas	7	43	Total de Pagamentos	113	768

⁸Ativo Líquido = Ativo Total - Exigível Operacional – Exigível Contingencial – Operações Transitórias

e. Gestão de Investimentos

e.1. Alocação de Recursos



e.2. Limites de Alocação

Resolução CMN nº 4.994, de 24 de março de 2022, alterada pela Resolução CMN nº 5.202/2025.

Em %

	Por Segmento	Alocação	Limite Legal	Limite PI
Art. 21,23,24,25 e 26	Renda Fixa	97,06	100,00	100,00
	Estruturado	1,05	20,00	15,00
	Imobiliário	0,85	20,00	10,00
	Operações Participantes	1,04	15,00	15,00
	Por Emissor	Alocação	Limite Legal	Limite PI
Art. 27	Inciso I - Tesouro Nacional	94,45	100,00	100,00
	Inciso II - Instituição financeira bancária	0,73	20,00	20,00
	Inciso III - Demais emissores	4,56	10	10
	Concentração por Emissor	Alocação	Limite Legal	Limite PI
Art. 28	FI de índice ref. em cesta de ações de companhias abertas Inciso I, alínea c	0,04	25,00	25,00
	Inciso I, alínea d	0,18	15,00	15,00

	Alocação em derivativos
Art. 30	A Fundação mantém posição em derivativos por meio de fundos de investimentos. O controle é realizado por veículo de investimentos e está enquadrado nos limites estabelecidos pela legislação.

e.3. Vedações

Resolução CMN nº 4.994, de 24 de março de 2022, alterada pela Resolução CMN nº 5.202/2025.

	Vedações
Art. 36	Não foram observadas vedações.

e.4. Rentabilidade

Segmento	Rentabilidade Mês e Ano		Em %		
			Benchmark	Atribuição de Performance	
				Ano	Mês
Renda Fixa	0,88	7,08	7,78	0,81	6,51
Renda Variável			-	-	-
Estruturado	0,16	8,51	10,27	0,01	0,09
Imobiliário	0,45	7,36	3,30	0,03	0,09
Operações Participantes	1,46	8,65	6,25	0,01	0,07
Exterior			-	0,00	-
Consolidado	0,86	6,76	6,25	0,86	6,76

■ Rentabilidade Ano ■ Rentabilidade mês

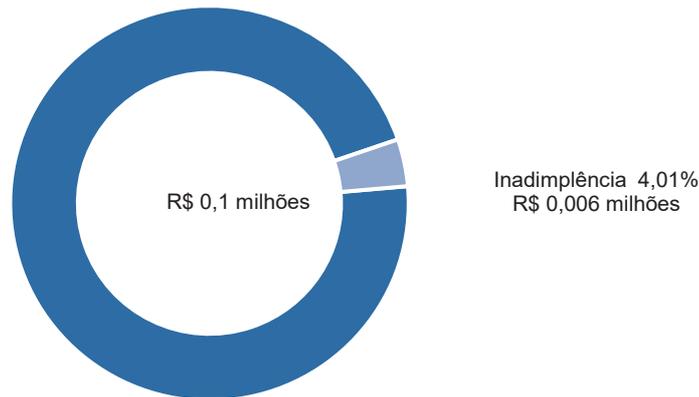
e.5. Precificação Curva vs Mercado (MtM)

Em R\$ milhões		
Curva Posição	Mercado Simulação	Resultado da Simulação
11,3	10,1	(1,2)

A marcação na curva considera a taxa contratada na aquisição do título, desconsiderando as oscilações do mercado. Por isso, apresentou resultado positivo no mês, refletindo a valorização esperada pelo carregamento dos títulos até o vencimento.

Já a marcação a mercado precifica os ativos conforme as taxas vigentes na data de referência.

e.6. Operações com Participantes – Inadimplência



Os valores da Carteira de Empréstimos foram registrados, conforme a Resolução Previc nº 23/2023, Artigos 200 e 203, com alterações pela Resolução Previc nº 25/2024.

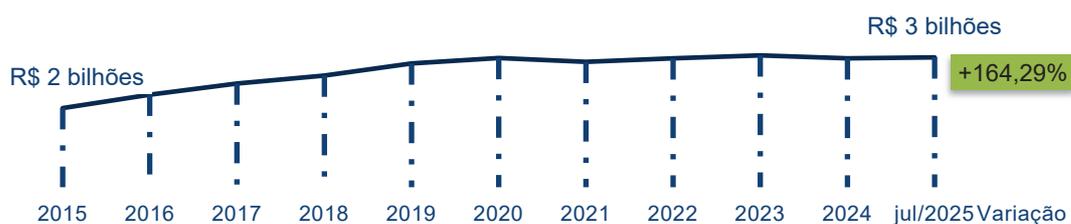
“Art. 200 - É vedado o reconhecimento de receitas de qualquer natureza, no resultado do período, relativas a ativos financeiros que apresentem atraso igual ou superior a noventa dias, no pagamento de parcela de principal ou de encargos.

Art. 203 - Os ativos financeiros devem ser baixados contabilmente nas seguintes condições: I – quando a recuperação do seu valor for improvável; II - quando o ativo estiver provisionado 100% (cem por cento) conforme estabelecido no inciso VII do art. 199.”

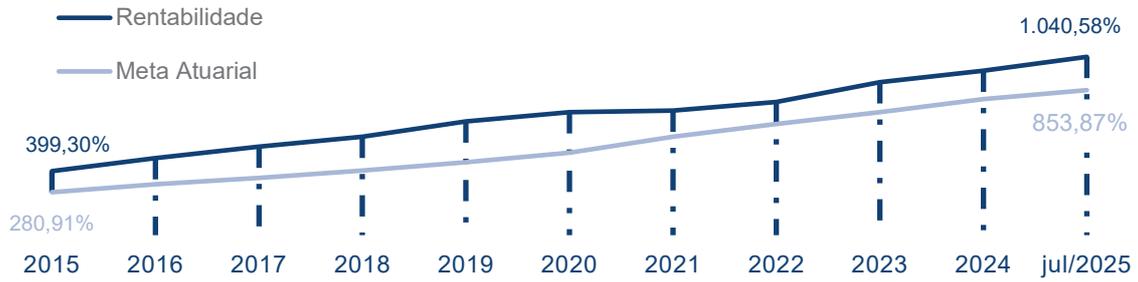
2.2. Planos de Contribuição Definida

2.2.1. Plano 01-B

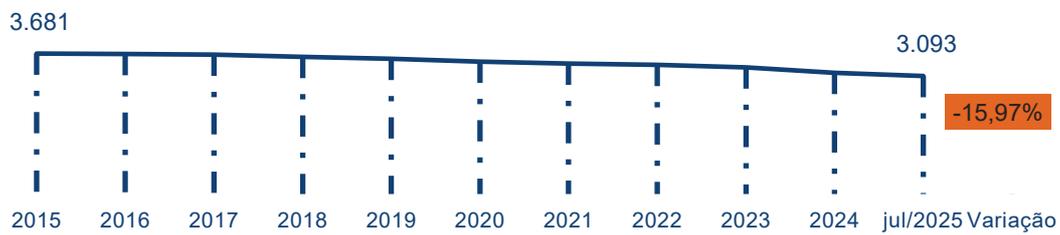
a. Evolução Patrimonial (10 anos)



b. Histórico de Rentabilidade *vs* Meta (10 anos)



c. Histórico de Participantes (10 anos)



d. Gestão Previdencial

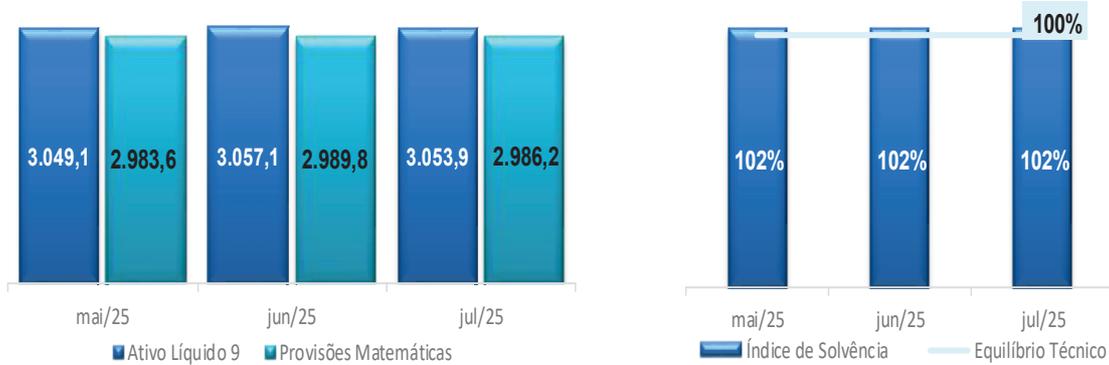
d.1. Gestão Previdencial

Em R\$

Ativo Total	Provisões Matemáticas	Superávit Técnico	Fundos	Exigível Operacional e Contingencial
3.241,1 milhões	2.986,2 milhões	67,8 milhões	175,5 milhões	11,7 milhões

Ativo Líquido e Provisões Matemáticas	Solvência do Plano
---------------------------------------	--------------------

Em R\$ bilhões



⁹Ativo Líquido = Ativo Total - Exigível Operacional – Exigível Contingencial – Operações Transitórias

d.2. Fluxo de Recursos

Em R\$ mil			Em R\$ mil		
Entrada	Mês atual	Exercício	Saída	Mês atual	Exercício
Contribuições	2.528	18.298	Benefícios	23.997	179.330
Portabilidade		48	Resgate	3	14.419
Outros recursos correntes ¹⁰		99	Portabilidade	91	20.869
			Distribuição de Superávit	325	2.353
			Atualização Exigível	38	531
Total de Recebimentos	2.528	18.445	Total de Pagamentos	24.454	217.502

d.3. Distribuição de Superávit

Foi iniciada em fevereiro de 2022, a distribuição de superávit do Plano 01-B, na modalidade redução de contribuições, no valor de R\$ 42 milhões, referente aos anos de 2012 a 2015, para os participantes, patrocinadores e assistidos, com base no Parecer Atuarial da Jessé Montello, emitido em 16 de dezembro de 2021, e aprovado pelo CD na 349ª Reunião, em 21 de dezembro de 2021, demonstrada a seguir:

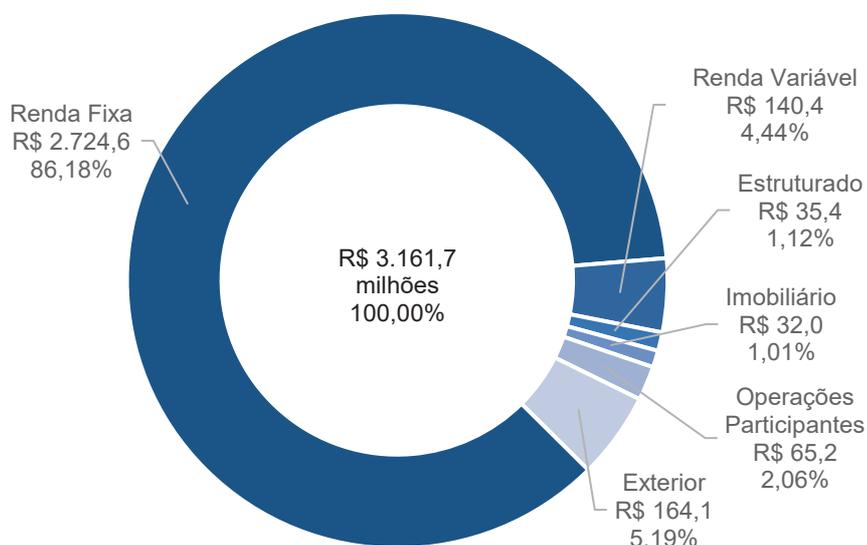
Descrição	Nº de Participantes	Saldo Jun/2025	Atualização	Distribuição*	Em R\$ mil
					Saldo Jul/2025
Patrocinador	-	14.242	85	(240)	14.087
Participantes	1.175	2.212	13	(84)	2.141
Total	1.175	16.454	98	(324)	16.228

¹⁰ Transferência do Exigível Operacional para Saldo de Contas

e. Gestão de Investimentos

e.1. Alocação de Recursos

Em R\$ milhões



e.2. Limites de Alocação

Resolução CMN nº 4.994, de 24 de março de 2022, alterada pela Resolução CMN nº 5.202/2025.

Em %

	Por Segmento	Alocação	Limite Legal	Limite PI
Art. 21,23,24,25 e 26	Renda Fixa	86,18	100,00	100,00
	Renda Variável	4,44	70,00	30,00
	Estruturado	1,12	20,00	20,00
	Imobiliário	1,01	20,00	10,00
	Operações Participantes	2,06	15,00	15,00
	Exterior	5,19	10,00	10,00

	Por Emissor	Alocação	Limite Legal	Limite PI
Art. 27	Inciso I - Tesouro Nacional	76,42	100,00	100,00
	Inciso II - Instituição financeira bancária	4,34	20,00	20,00
	Inciso III - Demais emissores	14,34	10,00	10,00

	Concentração por Emissor	Alocação	Limite Legal	Limite PI
Art. 28	Inciso I, alínea a	1,44	25,00	25,00
	FI de índice ref. em cesta de ações de companhias abertas Inciso I, alínea c	3,12	25,00	25,00
	Inciso I, alínea d	11,20	25,00	25,00
	Inciso II	44,03	15,00	15,00

Alocação em derivativos	
Art. 30	A Fundação mantém posição em derivativos por meio de fundos de investimentos. O controle é realizado por veículo de investimentos e está enquadrado nos limites estabelecidos pela legislação.

e.3. Vedações

Resolução CMN nº 4.994, de 24 de março de 2022, alterada pela Resolução CMN nº 5.202/2025.

Vedações	
Art. 36	Não foram observadas vedações.

e.4. Rentabilidade

Segmento	Rentabilidade Mês e Ano		Em %		
			Benchmark	Atribuição de Performance	
				Ano	Mês
Renda Fixa	0,83	7,49	7,78	0,74	6,09
Renda Variável	(4,52)	12,38	10,62	(0,21)	0,55
Estruturado	0,10	8,29	10,27	0,01	0,15
Imobiliário	0,47	6,75	3,26	0,03	0,16
Operações Participantes	0,92	8,28	5,53	0,02	0,08
Exterior	4,38	1,34	(0,56)	0,04	0,08
Consolidado (Cota de Benefícios)	0,63	7,11	5,53	0,63	7,11

■ Rentabilidade Ano ■ Rentabilidade mês

e.5. Precificação Curva vrs Mercado (MtM)

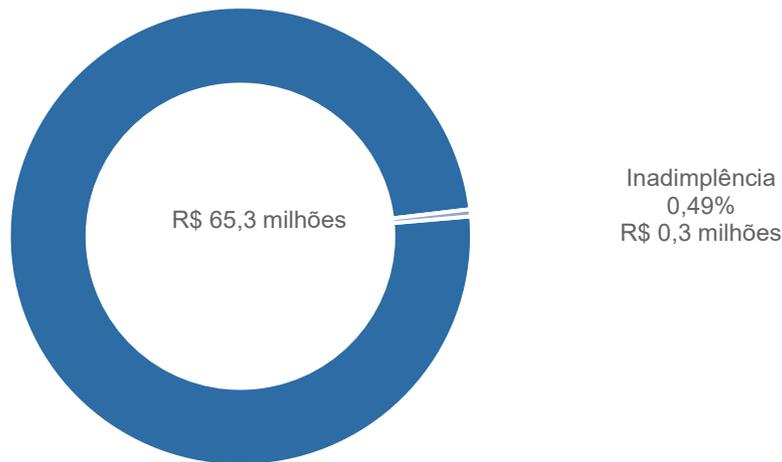
Em R\$ milhões

Curva Posição	Mercado Simulação	Resultado da Simulação
760,5	770,4	9,9

A marcação na curva considera a taxa contratada na aquisição do título, desconsiderando as oscilações do mercado. Por isso, apresentou resultado positivo no mês, refletindo a valorização esperada pelo carregamento dos títulos até o vencimento.

Já a marcação a mercado precifica os ativos conforme as taxas vigentes na data de referência.

e.6. Operações com Participantes – Inadimplência



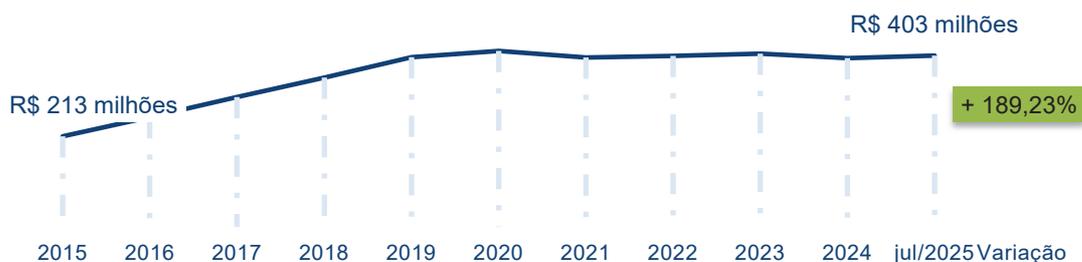
Os valores da Carteira de Empréstimos foram registrados, conforme a Resolução Previc nº 23/2023, Artigos 200 e 203, com alterações pela Resolução Previc nº 25/2024.

“Art. 200 - É vedado o reconhecimento de receitas de qualquer natureza, no resultado do período, relativas a ativos financeiros que apresentem atraso igual ou superior a noventa dias, no pagamento de parcela de principal ou de encargos.

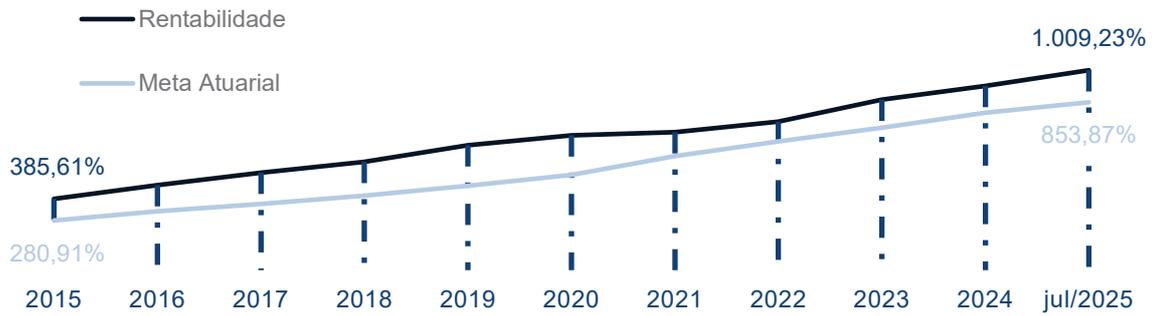
Art. 203 - Os ativos financeiros devem ser baixados contabilmente nas seguintes condições: I – quando a recuperação do seu valor for improvável; II - quando o ativo estiver provisionado 100% (cem por cento) conforme estabelecido no inciso VII do art. 199.”

2.2.2. Plano 02-B

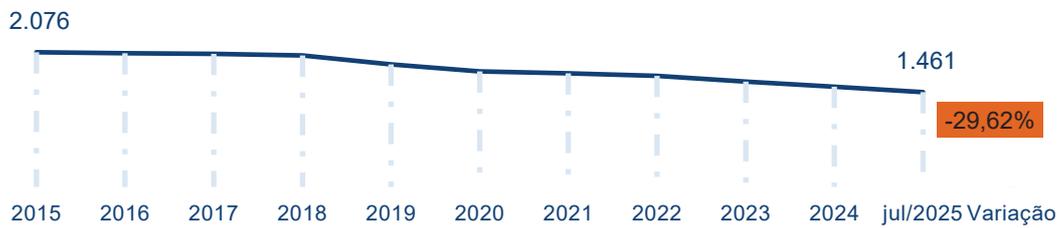
a. Evolução Patrimonial (10 anos)



b. Histórico de Rentabilidade *vs* Meta (10 anos)



c. Histórico de Participantes (10 anos)

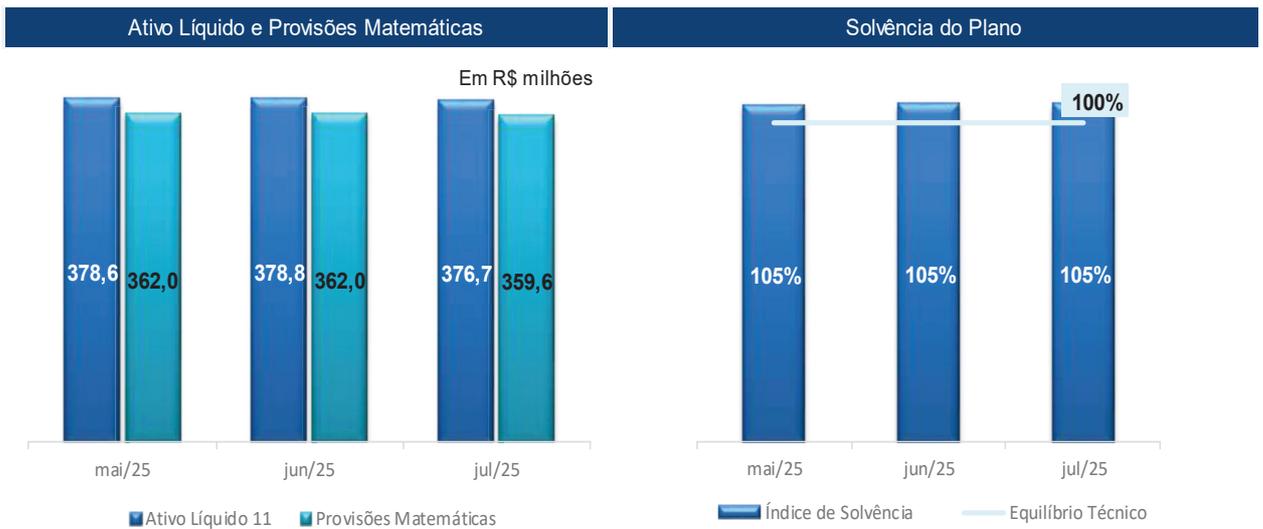


d. Gestão Previdencial

d.1. Gestão Previdencial

Em R\$

Ativo Total 403,3 milhões	Provisões Matemáticas 359,6 milhões	Superávit Técnico 17,1 milhões	Fundos 24,5 milhões	Exigível Operacional e Contingencial 2,1 milhões
-------------------------------------	---	--	-------------------------------	--



¹¹ **Ativo Líquido** = Ativo Total - Exigível Operacional – Exigível Contingencial – Operações Transitórias

d.2. Fluxo de Recursos

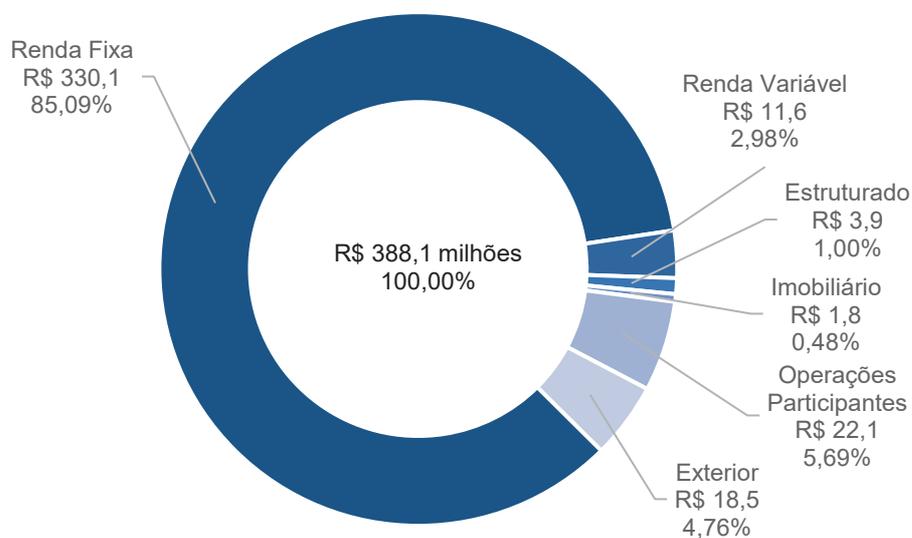
Em R\$ mil

Entrada	Mês atual	Exercício	Saída	Mês atual	Exercício
Contribuições	746	5.848	Benefícios	4.153	23.864
			Resgate	1.366	1.896
			Portabilidade		2.265
			Atualização Exigível	7	71
Total de Recebimentos	746	5.848	Total de Pagamentos	5.526	28.096

e. Gestão de Investimentos

e.1. Alocação de Recursos

Em R\$ milhões



e.2. Limites de Alocação

Resolução CMN nº 4.994, de 24 de março de 2022, alterada pela Resolução CMN nº 5.202/2025.

Em %

	Por Segmento	Alocação	Limite Legal	Limite PI
Art. 21,23,24,25 e 26	Renda Fixa	85,09	100,00	100,00
	Renda Variável	2,98	70,00	30,00
	Estruturado	1,00	20,00	20,00
	Imobiliário	0,48	20,00	10,00
	Operações Participantes	5,69	15,00	15,00
	Exterior	4,76	10,00	10,00
	Por Emissor	Alocação	Limite Legal	Limite PI
Art. 27	Inciso I - Tesouro Nacional	75,08	100,00	100,00
	Inciso II - Instituição financeira bancária	4,68	20,00	20,00
	Inciso III - Demais emissores	15,99	10,00	10,00
	Concentração por Emissor	Alocação	Limite Legal	Limite PI
Art. 28	Inciso I, alínea a	0,19	25,00	25,00
	FI de índice ref. em cesta de ações de companhias abertas Inciso I, alínea c	0,35	25,00	25,00
	Inciso I, alínea d	1,22	25,00	25,00
	Inciso II	5,59	15,00	15,00
Alocação em derivativos				
Art. 30	A Fundação mantém posição em derivativos por meio de fundos de investimentos. O controle é realizado por veículo de investimentos e está enquadrado nos limites estabelecidos pela legislação.			

e.3. Vedações

Resolução CMN nº 4.994, de 24 de março de 2022, alterada pela Resolução CMN nº 5.202/2025.

	Vedações
Art. 36	Não foram observadas vedações.

e.4. Rentabilidade

Segmento	Rentabilidade Mês e Ano		Em %		
			Benchmark	Atribuição de Performance	
	Ano	Mês	Ano	Mês	Ano
Renda Fixa	0,91	7,60	7,78	0,83	6,37
Renda Variável	(4,44)	12,48	10,62	(0,14)	0,39
Estruturado	0,09	8,29	10,27	0,01	0,16
Imobiliário	0,45	7,36	3,26	0,01	0,01
Operações Participantes	0,91	9,85	5,53	0,01	0,04
Exterior	4,34	1,38	(0,56)	0,03	0,10
Consolidado (Cota de Benefícios)	0,75	7,07	5,53	0,75	7,07

■ Rentabilidade Ano ■ Rentabilidade mês

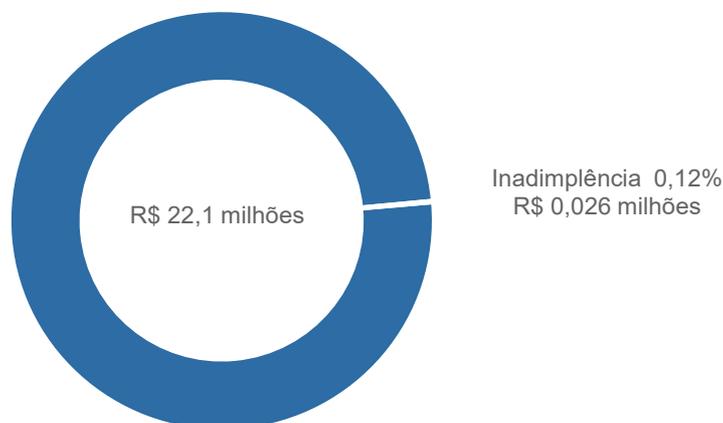
e.5. Precificação Curva vs Mercado (MtM)

Em R\$ milhões		
Curva Posição	Mercado Simulação	Resultado da Simulação
83,3	82,4	(0,9)

A marcação na curva considera a taxa contratada na aquisição do título, desconsiderando as oscilações do mercado. Por isso, apresentou resultado positivo no mês, refletindo a valorização esperada pelo carregamento dos títulos até o vencimento.

Já a marcação a mercado precifica os ativos conforme as taxas vigentes na data de referência.

e.6. Operações com Participantes – Inadimplência



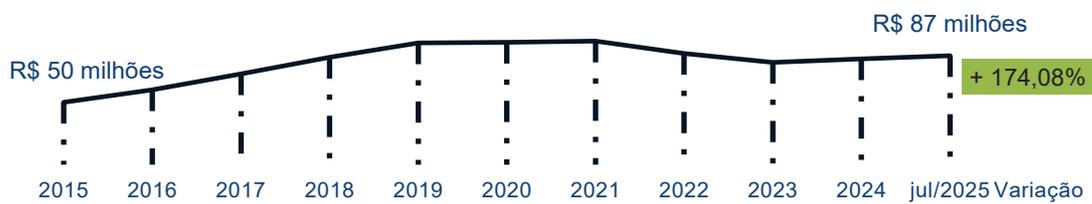
Os valores da Carteira de Empréstimos foram registrados, conforme a Resolução Previc nº 23/2023, Artigos 200 e 203, com alterações pela Resolução Previc nº 25/2024.

“Art. 200 - É vedado o reconhecimento de receitas de qualquer natureza, no resultado do período, relativas a ativos financeiros que apresentem atraso igual ou superior a noventa dias, no pagamento de parcela de principal ou de encargos.

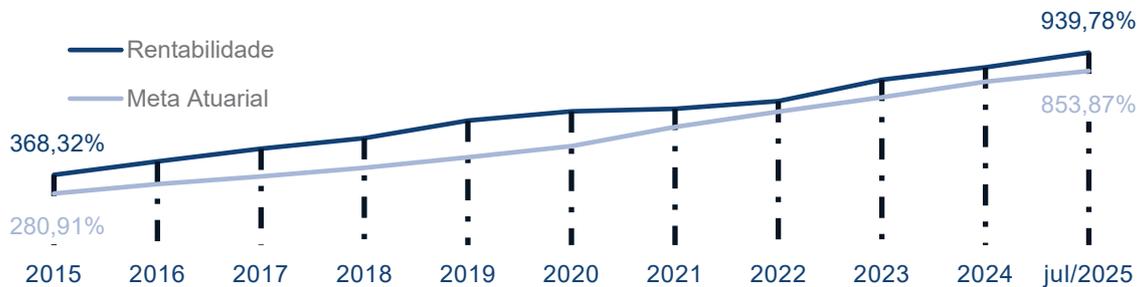
Art. 203 - Os ativos financeiros devem ser baixados contabilmente nas seguintes condições: I – quando a recuperação do seu valor for improvável; II - quando o ativo estiver provisionado 100% (cem por cento) conforme estabelecido no inciso VII do art. 199.”

2.2.3. Plano 03-B

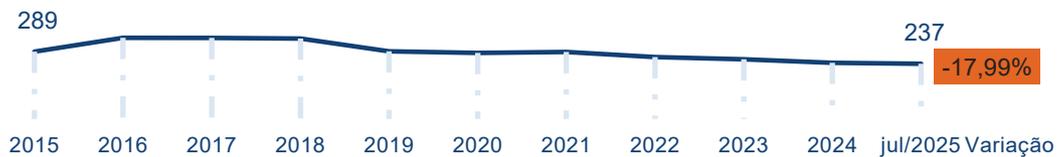
a. Evolução Patrimonial (10 anos)



b. Histórico de Rentabilidade vrs Meta (10 anos)



c. Histórico de Participantes (10 anos)

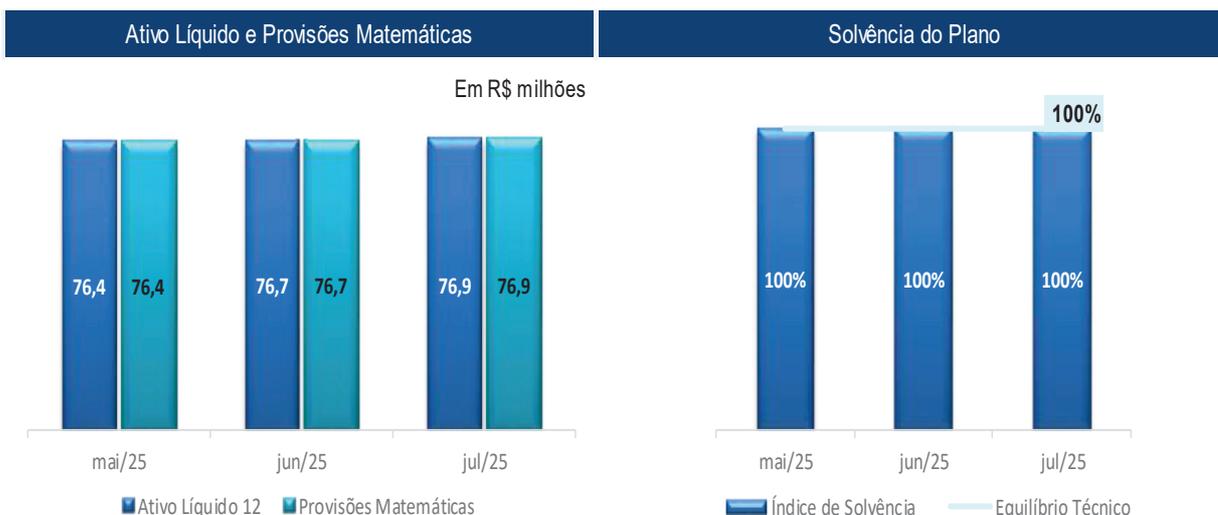


d. Gestão Previdencial

d.1. Gestão Previdencial

Em R\$

Ativo Total	Provisões Matemáticas	Superávit Técnico	Fundos	Exigível Operacional e Contingencial
86,8 milhões	76,9 milhões	-	9,7 milhões	0,2 milhões



d.2. Fluxo de Recursos

Em R\$ mil

Em R\$ mil

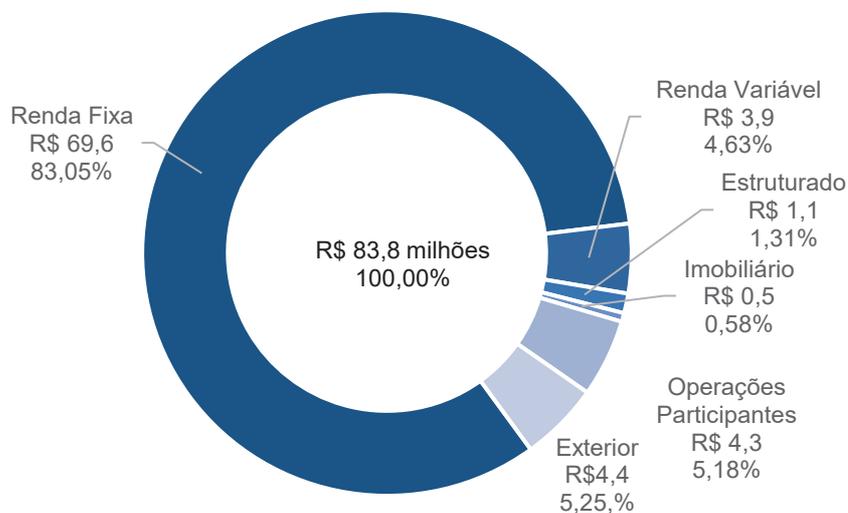
Entrada	Mês atual	Exercício	Saída	Mês atual	Exercício
Contribuições	169	1.126	Benefícios	430	3.248
			Resgate		24
			Atualização Exigível		3
Total de Recebimentos	169	1.126	Total de Pagamentos	430	3.275

¹²Ativo Líquido = Ativo Total - Exigível Operacional – Exigível Contingencial – Operações Transitórias

e. Gestão de Investimentos

e.1. Alocação de Recursos

Em R\$ milhões



e.2. Limites de Alocação

Resolução CMN nº 4.994, de 24 de março de 2022, alterada pela Resolução CMN nº 5.202/2025.

Em %

	Por Segmento	Alocação	Limite Legal	Limite PI
Art. 21,23,24,25 e 26	Renda Fixa	83,05	100,00	100,00
	Renda Variável	4,63	70,00	30,00
	Estruturado	1,31	20,00	20,00
	Imobiliário	0,58	20,00	10,00
	Operações Participantes	5,18	15,00	15,00
	Exterior	5,25	10,00	10,00

	Por Emissor	Alocação	Limite Legal	Limite PI
Art. 27	Inciso I - Tesouro Nacional	73,70	100,00	100,00
	Inciso II - Instituição financeira bancária	3,27	20,00	20,00
	Inciso III - Demais emissores	17,28	10,00	10,00

	Concentração por Emissor	Alocação	Limite Legal	Limite PI
Art. 28	Inciso I, alínea a	0,03	25,00	25,00
	FI de índice ref. em cesta de ações de companhias abertas Inciso I, alínea c	0,09	25,00	25,00
	Inciso I, alínea d	0,35	25,00	25,00
	Inciso II	1,61	15,00	15,00

	Alocação em derivativos
Art. 30	A Fundação mantém posição em derivativos por meio de fundos de investimentos. O controle é realizado por veículo de investimentos e está enquadrado nos limites estabelecidos pela legislação.

e.3. Vedações

Resolução CMN nº 4.994, de 24 de março de 2022, alterada pela Resolução CMN nº 5.202/2025.

	Vedações
Art. 36	Não foram observadas vedações.

e.4. Rentabilidade

Segmento	Rentabilidade Mês e Ano	Benchmark	Atribuição de Performance	
			Ano	Mês
Renda Fixa	0,82 7,40	7,78	0,70	5,67
Renda Variável	(4,51) 12,37	10,62	(0,22)	0,60
Estruturado	0,10 8,28	10,27	0,01	0,19
Imobiliário	0,45 7,36	3,26	0,06	0,40
Operações Participantes	1,07 8,06	5,53	0,01	0,04
Exterior	4,50 1,20	(0,56)	0,03	0,10
Consolidado (Cota de Benefícios)	0,59 7,00	5,53	0,59	7,00

■ Rentabilidade Ano ■ Rentabilidade mês

e.5. Precificação Curva vs Mercado (MtM)

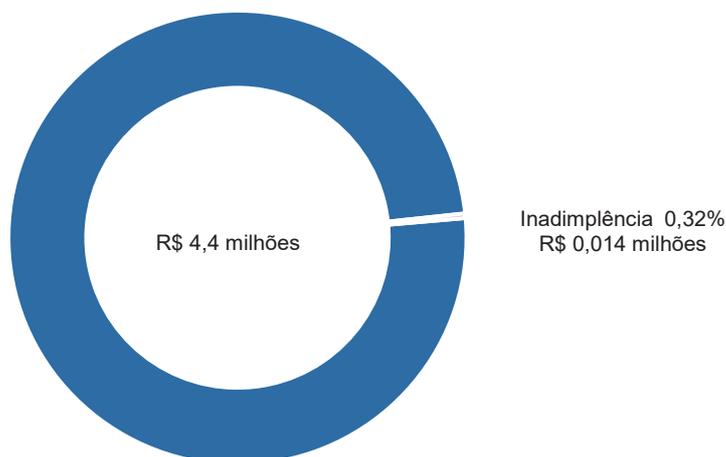
Em R\$ milhões

Curva Posição	Mercado Simulação	Resultado da Simulação
16,6	16,8	0,2

A marcação na curva considera a taxa contratada na aquisição do título, desconsiderando as oscilações do mercado. Por isso, apresentou resultado positivo no mês, refletindo a valorização esperada pelo carregamento dos títulos até o vencimento.

Já a marcação a mercado precifica os ativos conforme as taxas vigentes na data de referência.

e.6. Operações com Participantes – Inadimplência



Os valores da Carteira de Empréstimos foram registrados, conforme a Resolução Previc nº 23/2023, Artigos 200 e 203, com alterações pela Resolução Previc nº 25/2024.

“Art. 200 - É vedado o reconhecimento de receitas de qualquer natureza, no resultado do período, relativas a ativos financeiros que apresentem atraso igual ou superior a noventa dias, no pagamento de parcela de principal ou de encargos.

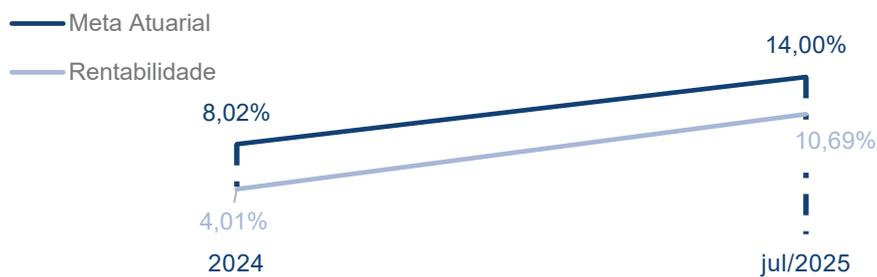
Art. 203 - Os ativos financeiros devem ser baixados contabilmente nas seguintes condições: I – quando a recuperação do seu valor for improvável; II - quando o ativo estiver provisionado 100% (cem por cento) conforme estabelecido no inciso VII do art. 199.”

2.2.4. Plano PrevlNova

a. Evolução Patrimonial (2 anos)



b. Histórico de Rentabilidade vrs Meta (2 anos)



c. Histórico de Participantes (10 anos)

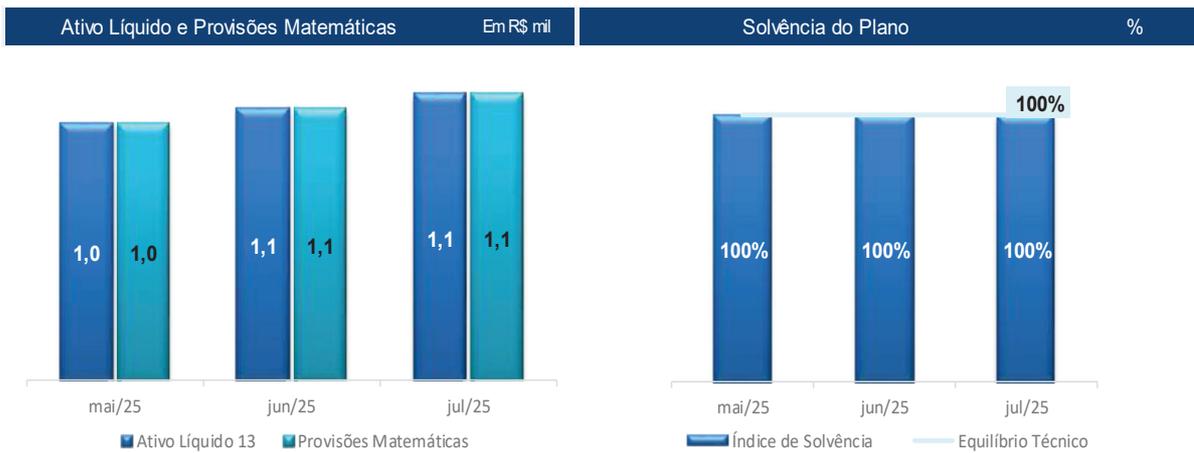


d. Gestão Previdencial

d.1. Gestão Previdencial

Em R\$

Ativo Total	Provisões Matemáticas	Superávit Técnico	Fundos	Exigível Operacional e Contingencial
1,1 milhão	1,1 milhão	-	-	-



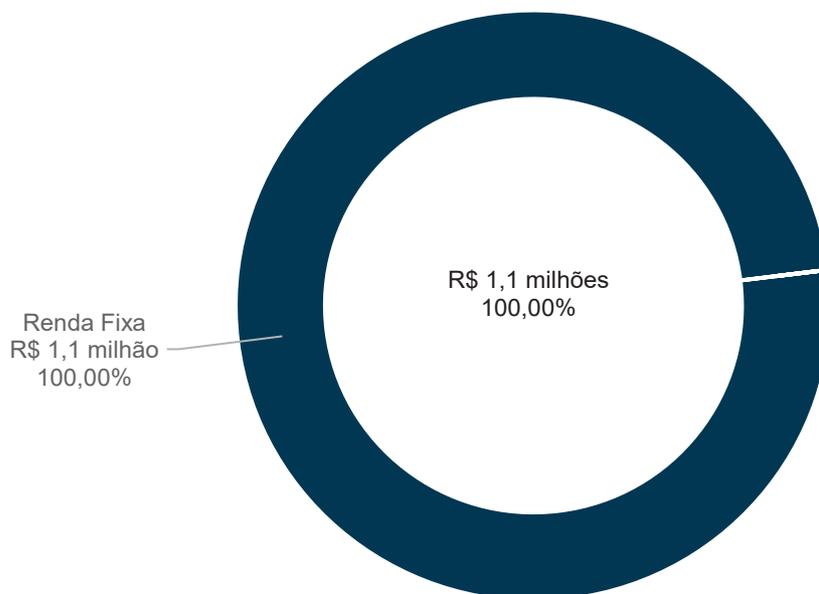
d.2. Fluxo de Recursos

Em R\$ mil		
Entradas	Mês atual	Exercício
Contribuições	49	331
Total de Recebimentos	49	331

e. Gestão de Investimentos

e.1. Alocação de Recursos

Em R\$ milhão



¹³ **Ativo Líquido** = Ativo Total - Exigível Operacional – Exigível Contingencial – Operações Transitórias

e.2. Limites de Alocação

Resolução CMN nº 4.994, de 24 de março de 2022, alterada pela Resolução CMN nº 5.202/2025.

Em %

Por Segmento		Alocação	Limite Legal	Limite PI
Art. 21	Renda Fixa	100,00	100,00	100,00

Por Emissor		Alocação	Limite Legal	Limite PI
Art. 27	Inciso I - Tesouro Nacional	98,42	100,00	100,00

Alocação em derivativos	
Art. 30	A Fundação mantém posição em derivativos por meio de fundos de investimentos. O controle é realizado por veículo de investimentos e está enquadrado nos limites estabelecidos pela legislação.

e.3. Vedações

Resolução CMN nº 4.994, de 24 de março de 2022, alterada pela Resolução CMN nº 5.202/2025.

Vedações	
Art. 36	Não foram observadas vedações.

e.4. Rentabilidade

Em %

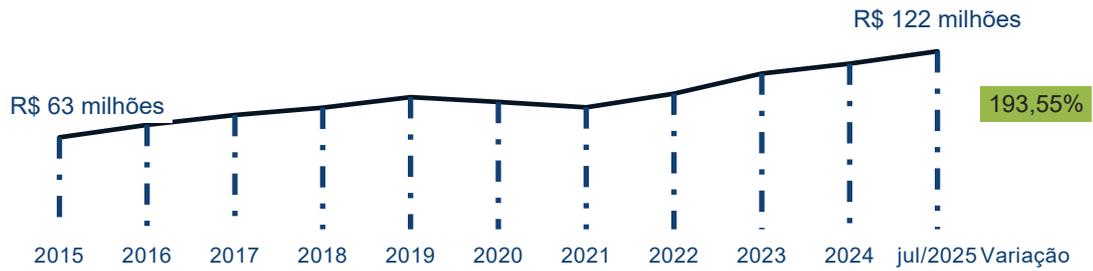
Segmento	Rentabilidade Mês e Ano	Benchmark	Atribuição de Performance	
		Ano	Mês	Ano
Renda Fixa		7,78	0,77	7,30
Consolidado (Cota de Benefícios)		5,53	0,77	7,30

■ Rentabilidade Ano ■ Rentabilidade mês

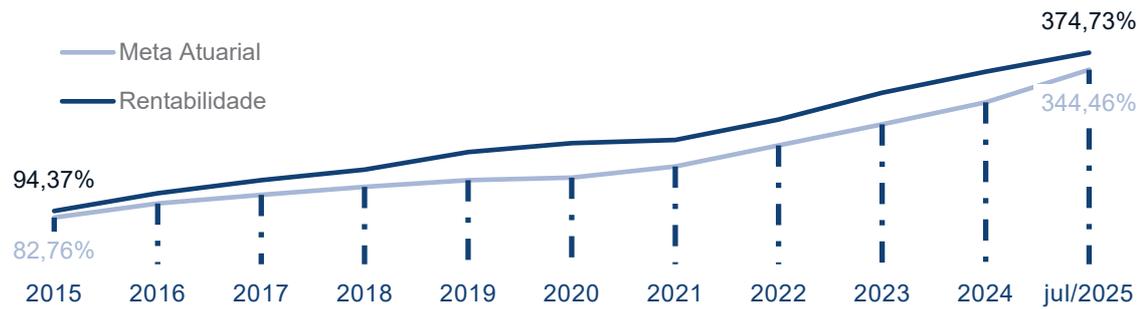
2.3. Plano de Gestão Administrativa – PGA

2.3.1. Plano PGA

a. Evolução Patrimonial (10 anos)

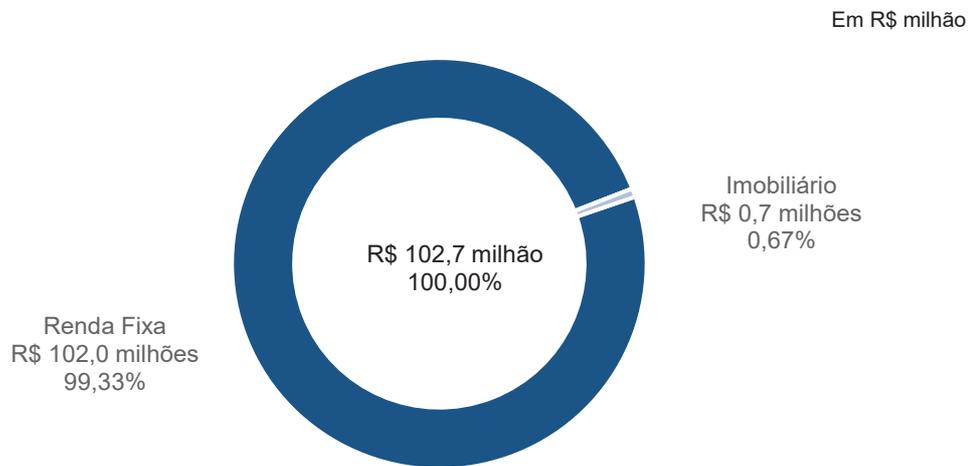


b. Histórico de Rentabilidade vrs Meta (10 anos)



c. Gestão de Investimentos

c.1. Alocação de Recursos



c.2. Limites de Alocação

Resolução CMN nº 4.994, de 24 de março de 2022, alterada pela Resolução CMN nº 5.202/2025.

		Em %		
	Por Segmento	Alocação	Limite Legal	Limite PI
Art. 21 e 24	Renda Fixa	99,33	100,00	100,00
	Imobiliário	0,67	20,00	10,00

	Por Emissor	Alocação	Limite Legal	Limite PI
Art. 27	Inciso I - Tesouro Nacional	90,99	100,00	100,00
	Inciso II - Instituição financeira bancária	6,22	20,00	20,00

	Concentração por Emissor	Alocação	Limite Legal	Limite PI
Art. 28	Inciso I, alínea a	-	25,00	25,00

	Alocação em derivativos
Art. 30	A Fundação mantém posição em derivativos por meio de fundos de investimentos. O controle é realizado por veículo de investimentos e está enquadrado nos limites estabelecidos pela legislação.

a.3. Vedações

Resolução CMN nº 4.994, de 24 de março de 2022, alterada pela Resolução CMN nº 5.202/2025.

	Vedações
Art. 36	Não foram observadas vedações.

c.4. Rentabilidade

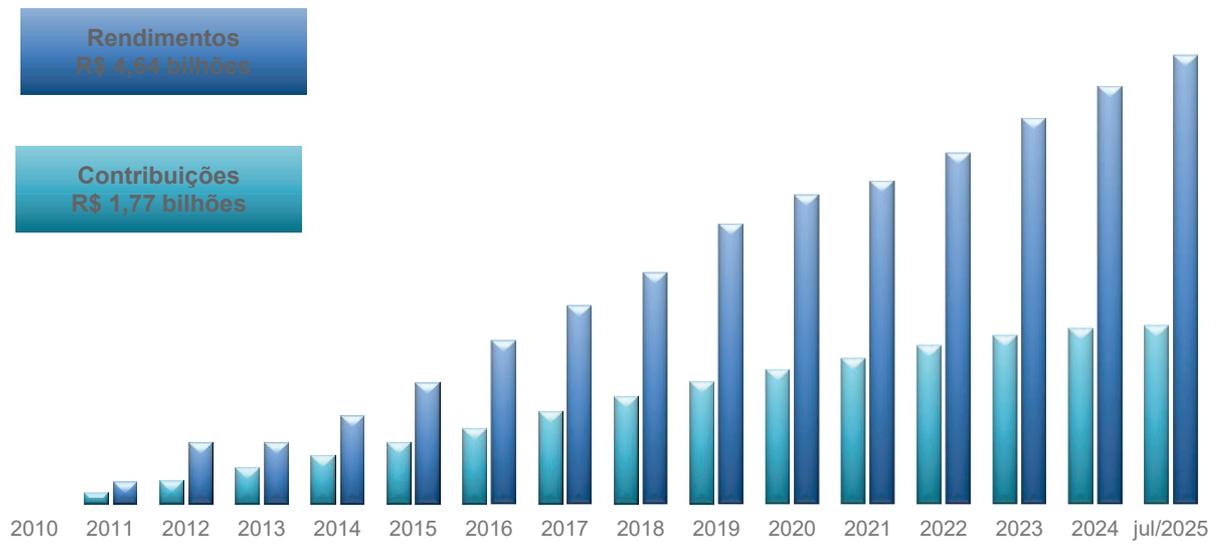
Segmento	Rentabilidade Mês e Ano		Em %		
			Benchmark	Atribuição de Performance	
				Ano	Mês
Renda Fixa	0,96	7,71	7,78	0,94	7,44
Imobiliário	0,45	7,36	3,26	0,01	0,06
Consolidado	0,95	7,50	7,78	0,95	6,62

■ Rentabilidade Ano ■ Rentabilidade mês

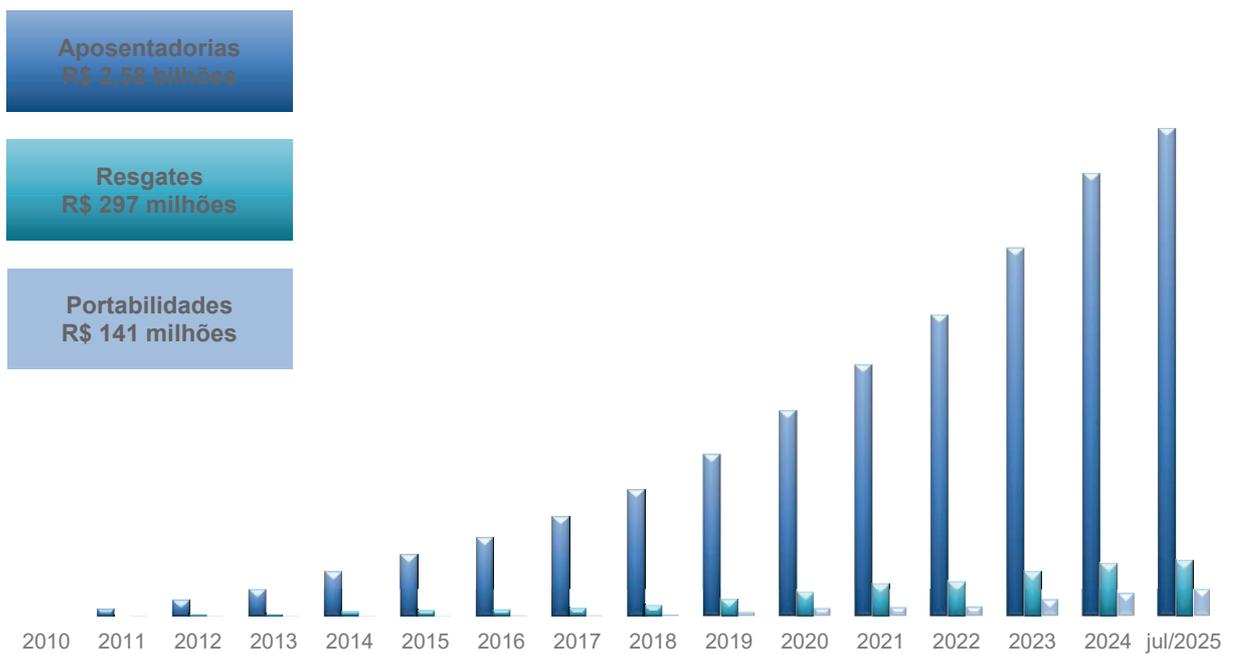
3. Fluxo de Recursos dos Planos

Demonstrado a seguir o fluxo de recursos dos planos de benefícios nos últimos 15 anos:

3.1. Entradas de Recursos



3.2. Saídas de Recursos



3.3. Fluxo de Recursos

Demonstrado a seguir, as entradas e saídas de recursos:

Em R\$ mil

Descrição	Julho		Agosto
	Entrada	Saída	Previsto
Repasse de Contribuição	3.372	-	3.043
Amortização de Fundos	1.654	-	23.410
Benefícios		33.527	(38.451)
Resgates		1.369	(763)
Portabilidade de Saída		91	(75)
Total	5.027	34.572	(12.836)

4. Gestão Orçamentária

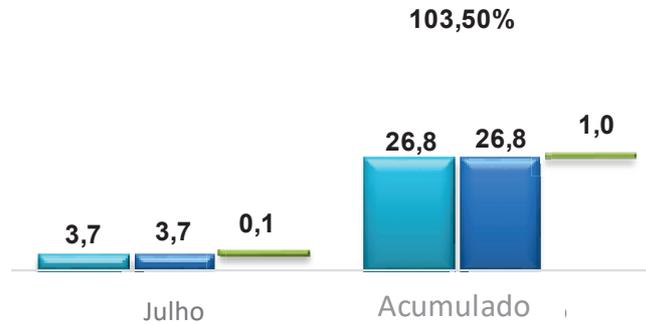
A previsão orçamentária para o exercício de 2025 foi aprovada na 400ª Reunião do Conselho Deliberativo, realizada em 16 de dezembro de 2024, e foi elaborada considerando:

4.1. Previdencial



Devido X Recebido Em R\$ milhões

■ Devido ■ Outros Recebimentos 14 ■ Recebido



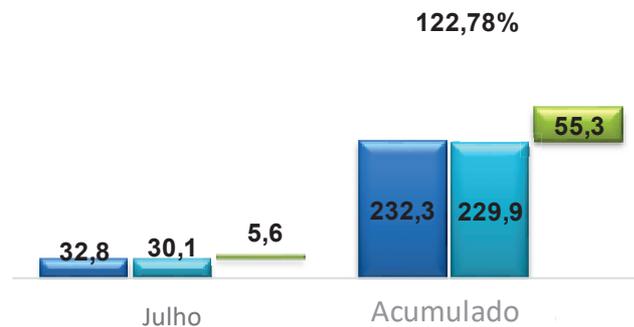
Deduções Em R\$ milhões

■ Orçado ■ Realizado ■ Tendência



Devido X Pago Em R\$ milhões

■ Devido ■ Outros Pagamentos15 ■ Pago



¹⁴ **Outros Recebimentos:** Valores referentes a contribuições voluntárias de R\$ 0,55 mil, portabilidade de entrada R\$ 0,05 mil e redução atuarial de R\$0,06 mil.

¹⁵ **Outros Pagamentos:** Provisão de abono anual R\$ 2 milhão, pagamentos de portabilidade de saída R\$ 23 milhões, de resgates de contribuição R\$ 16 milhões, de distribuição de superávit R\$ 8 milhões e atualização do exigível operacional R\$ 0,61 mil.

Demonstrado a seguir a composição das deduções:

Em R\$ mil

Descrição	Julho		Acumulado		
	Participantes	Valor	Orçado	Valor	Tendência
Benefícios	3.195	33.113	474.985	234.687	329.883
Resgate	6	1.369	62.228	16.350	46.095
Portabilidade	3	91	19.067	23.134	32.576
Distribuição de superávit	1.821	1.075	-	8.292	12.903
Atualiz. do Exigível Operacional	-	45	-	606	1.847
Total	5.025	35.693	556.280	283.069	423.305

4.2. Investimentos



4.3. Administrativo



¹⁶ Suplementação R\$ 645.000,00, realizada em julho de 2025, conforme aprovado na Reunião 411ª do CD, realizada em 28 de julho de 2025.



Demonstrado a seguir a composição das despesas administrativas:

Em R\$ mil

Descrição	2025	Até julho		2025
	Orçamento ¹⁷	Realizado	(%)	Tendência ¹⁸
Pessoal e Encargos ¹⁹	18.059	9.765	54,07	17.065
Treinamento	266	185	69,53	294
Viagens e Estadias	198	44	22,20	149
Serviços de Terceiros	7.373	3.754	50,91	6.759
Despesas Gerais	1.208	663	54,86	1.147
Depreciações e Amortizações	448	280	62,45	472
Tributos	2.194	1.371	62,48	2.265
Contingências ²⁰	50	34	68,69	55
Total Geral	29.797	16.097	54,02	28.207

4.3.1. Projetos

a. Estudar e criar Planos: Associativo, Família e Instituído

Na 407ª Reunião do Conselho Deliberativo, em 28 de abril de 2025, foi aprovada a utilização do Fundo Compartilhado para a contratação de consultoria especializada para desenvolvimento de estudo de viabilidade para implantação de Plano de Benefícios Previdenciário Instituído/Família.

¹⁷ Suplementação R\$ 645.000,00, realizada em julho de 2025, conforme aprovado na Reunião 411ª do CD, realizada em 28 de julho de 2025.

¹⁸ Estimativa no mês de julho de 2025, considerando o realizado no período, acrescido dos valores a realizar até dezembro de 2025

¹⁹ Pessoal e Encargos: Sem aplicação do reajuste do Acordo Coletivo Trabalho ACT.

²⁰ Contingências Administrativas: Variação do IPCA superior ao previsto em orçamento.

Em R\$ mil

Descrição	2025 Orçamento	Até julho		2025
		Realizado	(%)	Tendência
Despesas ²¹	200	17	8,6	200

- b. Elaborar Estudos de Cisão dos Planos 02-A e 02-B e Incorporação aos Planos 01-A e 01-B

O Conselho Deliberativo, na 400ª Reunião, em 16 de dezembro de 2024, orientou a Diretoria Executiva a adotar todas as providências necessárias.

Em R\$ mil

Descrição	2025 Orçamento	Até julho		2025
		Realizado	(%)	Tendência
Despesas ²²	200	15	7,5	200

- c. Participar no Projeto de Otimização da Previdência das Empresas Eletrobras

O Conselho Deliberativo aprovou a participação da Previnorte no Projeto de Otimização da Previdência das Empresas Eletrobras, na 397ª Reunião do CD, em 14 de novembro de 2024.

Em R\$ mil

Descrição	2025 Orçamento	Até julho		2025
		Realizado	(%)	Tendência
Despesas	500	289	57,7	500

- d. Monitorar os efeitos e riscos da troca de controle acionário do Patrocinador

O último prazo de prorrogação está previsto para terminar em 29 de julho de 2025. A 1ª Vara Cível da SJAM (Seção Judiciária do Amazonas), no dia 25 de julho de 2025, decidiu prorrogar novamente o prazo para conclusão da transferência da Amazonas Energia para a Âmbar, do Grupo J&F, até que seja concluído um acordo em andamento com a ANEEL (Agência Nacional de Energia Elétrica), ou seja, “até que haja composição administrativa ou judicial sobre a questão, ou finalização dos procedimentos junto à ANEEL e ao ministério competente, o que ocorrer primeiro”.

Em 14 de agosto de 2025, a Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) autorizou um repasse de R\$ 139,5 milhões à Amazonas Energia para auxiliar nos custos operacionais enquanto o imbróglio sobre a transferência para a Âmbar Energia não for resolvido.

4.3.2. Aquisição de Ativo Imobilizado e Intangível

Até 31 de julho de 2025, foram realizadas aquisições no valor de R\$ 180 mil.

²¹ Estudo de viabilidade do Plano Instituído, pela Wedan Consultoria e Gestão de Riscos no valor de R\$ 39.998,00.

²² Elaboração de estudos de Cisão 02-A e 02-B e Incorporação 01-A e 01-B, pela Wedan Consultoria e Gestão de Riscos no valor de R\$ 59.790,00.

4.4. Fornecedores - valores a pagar

O valor referente ao pagamento de fornecedores em 31 de julho de 2025, foi de R\$ 163 mil. Demonstrado, abaixo, os maiores valores a pagar no mês seguinte:

Em R\$ mil

Fornecedor	Serviço Prestado	Valor
Private Consultoria e Serviços Ltda. – (BPI)	Elaboração de Roadmap e Cronograma	43,2
Pacheco Jr Ltda.	Suporte e Manutenção de Software	23,0
TD Synnex Brasil Ltda.	Licença de uso não exclusiva	18,7
Aditus Consultoria e Sistemas Ltda.	Licença de uso	12,3
Prime Consultoria e Serviços Especializados Ltda.	Conservação e Manutenção	10,0
Suporte Ativo Ltda.	Suporte e Manutenção de Software	9,3
Total		116,5

4.5. Contencioso

A Previnorte é parte em 31 processos, dos quais 4 estão classificados como "**Provável**" e provisionados para perda contabilmente no valor de R\$ 15,45 milhões, 10 classificados como "**Possível**" e 17 classificados como "**Remota**". Para cada ação, os critérios de gradação de riscos são classificados conforme legislação vigente.

5. Gestão Administrativa

5.1. Indicadores de Gestão do PGA

O resultado da Gestão Administrativa é acompanhado através de indicadores, cujas metas e limites anuais foram aprovadas na 400ª Reunião do Conselho Deliberativo, realizada em 16 de dezembro de 2024. Os resultados apurados até o mês de 31 de julho de 2025, são:

Indicador	Meta (Limite) 2025	Sentido	Resultado Previsto	Resultado Ano	Tendência ²³	
Limite de Custeio Administrativo (LCA)	0,67% ≤ 0,70%	=	0,38%	0,37%	0,62%	✓
Receita Administrativa Total por Despesa Administrativa (CAD)	98,00% ≤ 100,00%	↑	92,14%	103,80%	101,24%	✓
Despesa Administrativa Total em Relação aos Recursos Garantidores (DRG)	0,68% ≤ 0,73%	↓	0,41%	0,35%	0,62%	✓
Despesa Administrativa Total por Participante e Assistido (DPA)	R\$5.000 ≤ R\$5.500	↓	R\$ 3.371	R\$ 2.891	R\$ 5.060	✓
Quociente de Execução da Despesa Orçada (QED)	95,00% ≤ 100,00%	=	100,00%	85,76%	94,66%	✓
Despesa com Pessoal e Encargos sobre a Despesa Administrativa (DPE)	62,00% ≤ 67,00%	↓ =	57,26%	60,60%	60,50%	✓
Despesa administrativa por Receita Administrativa total (DAC)	95,00% ≤ 100,00%	↓	79,35%	96,34%	98,78%	✓
Perenidade do Fundo Administrativo (PER)	3,50 ≤ 4,00	=	4,00	3,63	3,50	✓

(*) Estimativa no mês de julho de 2025, considerando o realizado no período, acrescido dos valores a realizar até dezembro de 2025.

²³ Estimativa no mês de julho de 2025, considerando o realizado no período, acrescido dos valores a realizar até dezembro de 2025.

5.2. Demonstrativo do Plano de Gestão Administrativa - DPGA

O DPGA tem como objetivo dar maior transparência aos gastos administrativos realizados pela Previnorte, demonstrados pelos grandes grupos de receitas e despesas, de forma segregada, bem como a posição de saldo do Fundo Administrativo.

	Em R\$ mil	
DESCRIÇÃO	Julho	Ano
A) FUNDO ADMINISTRATIVO NO MÊS ANTERIOR	102.874	96.458
1. Custeio da Gestão Administrativa	3.426	24.005
1.1. Receitas	3.426	24.005
Custeio Administrativo da Gestão Previdencial	104	630
Custeio Administrativo da Gestão de Investimentos - Participação dos Planos	2.221	15.484
Taxa de Administração de Empréstimos	126	575
Resultado Positivo dos Investimento	968	7.279
Outras Receitas da Gestão Administrativa	7	37
2. Despesas Administrativas	1.947	16.079
2.1. Administração dos Planos Previdenciais	1.941	16.062
Pessoal e Encargos	1.054	9.765
Treinamento / Congressos e Seminários	55	185
Serviços de Terceiros	483	3.754
Despesas Gerais	103	663
Depreciações e Amortizações	41	280
Tributos	190	1.371
2.5. Fomento	6	17
3. Constituição/Reversão de Contingências Administrativas	(3)	(34)
6. Sobra/Insuficiência da Gestão Administrativa (1-2-3-4-5)	1.476	7.892
7. Constituição/Reversão do Fundo Administrativo (6)	1.476	7.892
B) FUNDO ADMINISTRATIVO ACUMULADO NO MÊS ATUAL (A + 7 + 8)	104.350	104.350

6. Gestão de Riscos e Controles Internos

A Política de Gestão de Riscos e Controles Internos - PGR, é o instrumento que define as diretrizes para as boas práticas de gestão integrada de risco na Previnorte. Foi implementada em 2010, revisada em 2014 e 2015. A terceira revisão foi aprovada pelo Conselho Deliberativo, na 398ª Reunião, em 25 de novembro de 2024.

A metodologia adotada é a do COSO (Comitee of Sponsoring Organizations of theTreadway Comission) e da Norma ABNT NBR ISO-31000/2009, para a Gestão de Riscos Corporativos. Para regras orientativas, foi utilizado o Guia de Orientação para o Gerenciamento de Riscos Corporativos do IBGC (Instituto Brasileiro de Governança Corporativa), Diretrizes do Conselho Nacional de Previdência Complementar (CNPIC) e da Superintendência Nacional de Previdência Complementar (PREVIC).

6.1. Gerenciamento Integrado de Riscos

a. Procedimento e Critérios para Avaliação dos Riscos

Os riscos foram identificados considerando as seguintes categorias: (i) Estratégicos; (ii) Institucionais; (iii) Financeiros e (iv) Operacionais, e dimensionados o impacto, a frequência e a probabilidade de ocorrência, conforme régua a seguir:

Mensuração	Classificação
Maior ou igual (≥ 12)	Risco Alto
Entre seis e dez ($6 \approx 10$)	Risco Médio
Menor ou igual (≤ 5)	Risco Baixo

b. Riscos Mapeados

No mês de julho de 2025, os riscos inerentes aos processos foram contabilizados em 47 (quarenta e sete) residuais, sendo que, 7 (sete) permanecem classificados como “Alto” nas categorias “Estratégica” e “Financeira”, cuja referência são as iniciativas estratégicas para o ano 2025.

Desse modo, a classificação dos riscos não oscilou em relação ao mês de junho de 2025, conforme demonstrado a seguir:

Classificação				
Categoria	Baixo	Médio	Alto	Total
Estratégica	-	3	6	9
Institucional	7	5	-	12
Financeiro	1	5	1	6
Operacional	12	7	-	19
Total	20	20	7	47

Classificação - Interna

c. Criticidade

Os riscos foram identificados, mapeados e analisados de acordo com a natureza dos fatos que os geram. Para cada categoria, foi considerada a probabilidade apurada, pelo impacto *vs* frequência, que compõe o mapa de calor. A criticidade resultante, demonstra o limite de exposição ao risco e pode ser observada, conforme a disposição de cada risco nos quadrantes do **Mapa de calor**, demonstrado abaixo:



d. Matriz de Riscos

A Matriz de Riscos foi construída com foco nos processos institucionais e é monitorada mensalmente, cujo indicador de status de acompanhamento é evidenciado pelo farol demonstrado abaixo.

● Tratado | ● Em Conformidade | ● Em Tratamento | ● Materializado

e. Matriz de Risco Consolidada

Para o ciclo 2025, a matriz de risco consolidada está demonstrada a seguir:

I= Impacto | F= Frequência | RI = Risco Inerente | F = Farol

Ranking	Categoria	Iniciativa	Riscos	Classificação	I	F	RI	F
R1	Estratégica	Participar do Projeto de Otimização da Previdência das Empresas Eletrobras	<ul style="list-style-type: none"> Inviabilidade de voo solo Concorrência de equipe com as demais atividades Continuidade do Negócio 	Estratégico	5	5	25	●
R2		Monitorar efeitos da troca de controle de Patrocinadora	<ul style="list-style-type: none"> Menor relevância da Previnorte no processo de Incorporação Inviabilidade de voo solo 	Estratégico	4	4	16	●
R3		Otimizar o retorno dos investimentos	<ul style="list-style-type: none"> Assumir riscos em demasia para obter melhores retornos Perda de participantes e patrimônio ou déficit 	Estratégico Reputacional	5	3	15	●
R4		Consolidar a Previnorte Digital (ERP, BI, Omnicchannel e Site)	<ul style="list-style-type: none"> Falta de execução do cronograma no prazo Falhas operacionais impactando reputação de qualidade dos serviços Perdas financeiras por erros em rotinas Renegociação do contrato com atual fornecedor e com o novo fornecedor do ERP com maior ou igual nos impactos financeiros na Despesa Administrativa 	Operacional Reputacional Legal	5	3	15	●
R5		Gerir e ofertar Planos de Benefícios	<ul style="list-style-type: none"> Agir no sentido oposto ao da Incorporação Impacto na reputação Falta de novo produto e perda de oportunidade no mercado 	Estratégico Operacional Reputacional	5	3	15	●
R6		Realizar atendimento personalizado aos participantes	<ul style="list-style-type: none"> Perda de participantes e patrimônio por atendimento de menor qualidade Reputação perante participantes e patrocinadores 	Operacional Reputacional	5	3	15	●
R7		Financeiro		<ul style="list-style-type: none"> Exposição acima dos limites estabelecidos na legislação e nas Políticas de Investimentos 	Mercado	4	3	12
R8	Operacional		<ul style="list-style-type: none"> Ataques maliciosos com danos a sistemas, dados e redes 	Cibernético	5	2	10	●
R9	Institucional		<ul style="list-style-type: none"> Política de Investimentos em desacordo com a legislação 	Legal	3	3	9	●
R10	Operacional		<ul style="list-style-type: none"> Indisponibilidade de softwares (bugs) e hardwares para execução das rotinas 	Cibernético	3	3	9	●
R11	Financeiro		<ul style="list-style-type: none"> Indisponibilidade de recursos para cumprimento das obrigações regulatórias 	Liquidez	4	2	8	●
R12			<ul style="list-style-type: none"> Exposição acima dos limites estabelecidos na Política de Investimentos 	Crédito	4	2	8	●
R13	Operacional		<ul style="list-style-type: none"> Pagamento de benefícios em duplicidade para alguns participantes assistidos 	Operacional	4	2	8	●
R14	Estratégica	Monitorar a tolerância e o apetite ao risco das Carteiras de Investimentos	<ul style="list-style-type: none"> Subestimar ou superestimar o limite de tolerância e apetite Desalinhamento com os objetivos de longo prazo da carteira 	Estratégico	3	2	6	●
R15		Otimizar a estrutura e as medidas de segurança	<ul style="list-style-type: none"> Concorrência de pessoas alocadas nas outras atividades principais Aumento de despesa administrativa 	Operacional	3	2	6	●
R16		Implantar a nova PCS e estratégia de remuneração	<ul style="list-style-type: none"> Perda de pessoas com impacto direto em atividades Perda de histórico (informações importantes) 	Operacional	3	2	6	●
R17	Institucional		<ul style="list-style-type: none"> Descumprimento da legislação vigente ao segmento de EFPC²⁴ 	Legal	3	2	6	●
R18	Operacional		<ul style="list-style-type: none"> Cadastro de participantes incompleto ou desatualizado 	Atuarial	3	2	6	●
R19			<ul style="list-style-type: none"> Ausência nas informações para Reinf, E-financeira e Sipcap 	Operacional	3	2	6	●
R20			<ul style="list-style-type: none"> Descumprimento das cláusulas SLA estabelecida nos contratos firmados 	Operacional	3	2	6	●
R21			<ul style="list-style-type: none"> Violação de Normas ou regras de compliance 	Fraude	3	2	6	●
R22	Financeiro		<ul style="list-style-type: none"> Inadimplência nos contratos de empréstimos 	Crédito	2	3	6	●
R23			<ul style="list-style-type: none"> Inadimplência nos contratos com o Patrocinador 	Crédito	2	3	6	●

● Tratado | ● Em Conformidade | ● Em Tratamento | ● Materializado

²⁴ O Patrocinador Roraima Energia não apresentou o Instrumento de Confissão de Dívida e nem garantias suficientes para a efetiva cobertura total da dívida contratada referente Plano de Equacionamento de Déficit do Plano de Benefícios 03-A.

Ranking	Categoria	Iniciativa	Riscos	Classificação	I	F	RI	F
R24	Institucional		• Reporte ao COAF em desacordo com a legislação	Legal	2	3	6	●
R25			• Pagamento de benefícios aos participantes em desacordo com as normas internas e legislação vigentes	Legal	2	3	6	●
R26			• Falha na comunicação feita às partes interessadas	Imagem	2	3	6	●
R27	Operacional		• Oferecer institutos e opções em desacordo com os Regulamentos dos planos	Operacional	2	3	6	●
R28			• Falhas em softwares (codificação) que permitem acessos não autorizados	Cibernético	5	1	5	●
R29			• Acesso/sequestro de informações sensíveis	Cibernético	5	1	5	●
R30	Institucional		• Dados de participantes disponibilizados em desacordo com a LGPD	Legal	4	1	4	●
R31			• Interrupção dos serviços prestados decorrente de mudanças climáticas	Ambiental	4	1	4	●
R32			• Falta de implementação de Plano de Equacionamento de Déficit	Atuarial	4	1	4	●
R33	Operacional		• Indisponibilidade de infraestrutura para a realização das atividades de rotina da Previnorte	Operacional	4	1	4	●
R34			• Ausência de testes de controles de segurança cibernética	Cibernético	4	1	4	●
R35	Institucional		• Ausência de certificação dos profissionais que participam do processo decisório de investimentos dos recursos financeiros da fundação ²⁵	Legal	2	2	4	●
R36	Operacional		• Concessão e pagamento de Empréstimos em desacordo com normativo interno	Operacional	2	2	4	●
R37			• Ausência de recursos para cumprimento de obrigações	Operacional	2	2	4	●
R38			• Movimentações de recursos sem a documentação suporte	Fraude	2	2	4	●
R39	Institucional		• Rotina trabalhista em desacordo com a legislação	Legal	3	1	3	●
R40			• Comprometimento da imagem por associação a parceiros ou prestadores de serviços	Imagem	3	1	3	●
R41			• Descumprimento do Regulamento de Eleição para membros dos órgãos colegiados	Governança	3	1	3	●
R42			• Descumprimento do Código de Ética da Previnorte, por empregados, diretores e outras partes relacionadas	Ético	3	1	3	●
R43	Operacional		• Cálculos atuariais incorretos decorrente de inadequação de premissas, hipóteses ou parâmetros	Atuarial	3	1	3	●
R44			• Falta de constituição de Fundos para os Planos que registram Reserva Especial por 3 anos seguidos	Atuarial	3	1	3	●
R45	Financeiro		• Inadimplência nos contratos de locação dos imóveis	Crédito	2	1	2	●
R46	Operacional		• Alocação de recursos em descordo com as políticas e normas internas	Operacional	2	1	2	●
R47			• Desenquadramento passivo dos limites estabelecidos nas Políticas de Investimentos	Operacional	1	2	2	●

● Tratado | ● Em Conformidade | ● Em Tratamento | ● Materializado

²⁵ Houve incidência de materialização, bem como, o tratamento adequado.

6.2. Monitoramento de Riscos

a. Riscos com maior criticidade

Dos 47 (quarenta e sete) riscos residuais apurados, os 7 (sete) com maior probabilidade de ocorrência foram identificados nas iniciativas estratégicas, sendo monitorados sistematicamente, conforme demonstrado na próxima figura:

Iniciativa	Riscos	RI ²⁶	Ações Preventivas
Participar do Projeto de Otimização da Previdência das Empresas Eletrobras	Inviabilidade de voo solo	25	Compor o quadro de participantes do projeto de Otimização da Previdência das Empresas Eletrobras, conforme deliberação do CD na 405ª Reunião, de 24/02/2025.
Monitorar efeitos da troca de controle de Patrocinadora	Menor relevância da Previnorte no processo de Incorporação	16	Fortalecer o atendimento personalizado aos empregados participantes, envolvidos na mudança de controle acionário.
Otimizar o retorno dos investimentos	Assumir riscos em demasia para obter melhores retornos	15	Acompanhar o cenário econômico, avaliando o risco retorno da estratégia a ser executada.
Consolidar a Previnorte Digital (ERP, BI, Site e Ominichannel)	Falta de execução do cronograma no prazo Renegociação do contrato com atual fornecedor e com o novo fornecedor do ERP com maior ou igual nos impactos financeiros na Despesa Administrativa	15	Restabelecimento de prazos, priorização da equipe de implantação do sistema ERP e das ações vinculadas ao Ominichannel e Site.
Gerir e ofertar Planos de Benefícios	Agir no sentido oposto ao da Incorporação	15	<ul style="list-style-type: none"> • Priorizar a operacionalização das atividades da Previnorte. • Elaborar estudos de viabilidades para implantação de novos planos.
Realizar atendimento personalizado aos participantes	Perda de participantes e patrimônio por atendimento de menor qualidade	15	Fortalecer o atendimento personalizado aos participantes.

²⁶ RI: Risco Inerente

Iniciativa	Riscos	RI ²⁷	Ações Preventivas
Mercado ²⁸	Exposição acima dos limites estabelecidos na legislação e nas Políticas de Investimentos	12	Monitorar os limites estabelecidos na Política de Investimentos.

b. Riscos Materializados

Riscos	Classificação	Materialização	Tratamento	Status
Falta de execução do cronograma no prazo	Risco Operacional	Não cumprimento da implantação da 2ª onda do ERP, no prazo acordado, a saber 31 de dezembro de 2024.	Reprogramado prazo de conclusão da implantação para 31 de março de 2025, novo prazo 30 de junho de 2025, e posteriormente para 15 de setembro de 2025.	
Descumprimento da Legislação vigente ao Segmento de EFPC	Risco Legal	Falta de assinatura e devolução por parte do Patrocinador Roraima Energia, do contrato de confissão de dívida, composto das garantias para a cobertura total do Déficit de Equacionamento do Plano 03-A, implantado em abril de 2025.	Envio da correspondência CE PREVN/DB nº 034, de 13 de fevereiro de 2025; Reiteração de cobrança, por meio das correspondências CE PREVN/DB nº 75/2025, 78/2025, respectivamente de 19 de maio de 2025 e 05 de junho de 2025, ressaltado a necessidade de oferecer garantias para a cobertura do Equacionamento Déficit do Plano 03-A.	

²⁷ RI: Risco Inerente

²⁸ Não faz parte das iniciativas estratégicas, são monitorados mensalmente pelo Relatório Gerencial.

Riscos	Classificação	Materialização	Tratamento	Status
Pagamento de benefícios em duplicidade para alguns participantes assistidos	Risco Operacional	Pagamento de benefícios em duplicidade para 125 participantes do Plano 02-B, no mês de junho de 2025, que recebem pelo Banco do Brasil (BB).	Vide nota ²⁹ .	
Renegociação do contrato com atual fornecedor e com o novo fornecedor do ERP ≥ com impactos financeiros na Despesa Administrativa - DA	Risco Operacional	Prorrogação do Contrato Mestra - PREVN nº 004/2010 - Resolução de Diretoria 068/2025.	Suplementação do Orçamento 2025 - Autorização Conselho Deliberativo em 28/07/2025; Contrato PREVN nº 004/2010-PRTI – Aditado em 29/07/2025; e Concluir o cronograma de implantação do ERP, na vigência do contrato aditado.	

²⁹ **Relato:** O Diretor de Benefícios, Sr. Henrique, informou que foram pagos 125 benefícios em duplicidade para participantes do Plano 02-B, no mês de junho de 2025, que recebem pelo Banco do Brasil (BB). O Sr. Henrique inteirou sobre as tratativas realizadas para tratamento das intercorrências ocorridas na folha de pagamentos de benefícios do mês 06/2025, onde a equipe da Gerência de Relacionamento tentou contato com todos os participantes acertando a devolução dos valores para aqueles que foi possível o contato. Para aqueles participantes que não foi possível o contato, o Sr. Henrique propôs que a devolução dos valores seja efetuada em três parcelas, a fim de viabilizar o ressarcimento sem comprometer o fluxo financeiro dos participantes, ocorrendo concordância com a proposição pelos demais Diretores, devendo os descontos serem iniciados ainda na folha de benefícios de 07/2025. O Diretor Financeiro, Sr. Marcus, complementou que a Gerência Administrativo-Financeira tem enfrentado problemas com o sistema CM Flex em razão de erros e falhas recorrentes. Essas inconsistências vêm prejudicando o processamento de integração da folha de pagamento com o banco e ocasionando atrasos nos fechamentos contábeis. O Diretor-Presidente, decorridos 27 dias, observou que pelos fatos relatados, compreende-se que a ocorrência partiu de discrepâncias produzidas na rotina do sistema CMFlex quando da importação dos dados do sistema legado, que impactam na geração das informações para os bancos. Tal fato foi identificado imediatamente, com ação da tesouraria, e por uma questão tecnológica realizada por transferência eletrônica, cujos documentos foram encaminhados corretamente. A equipe de relacionamento atuou de forma a obter a devolução da maioria dos casos. Assim, os valores pagos em duplicidade são de propriedade dos próprios participantes do plano CD, tornando a ocorrência imaterial. O risco reputacional sob controle, não foi considerado crítico. O risco operacional, no que se refere à Concepção de Processo, Falha Humana e Sistema, está sendo tratado pela gerência de Tecnologia de Informação junto às áreas de negócio e fornecedor do novo ERP.

Orientação: A Diretoria Executiva orientou à Gerência de Tecnologia de Informação que faça uma revisão completa do processo e promova reunião com o fornecedor para adoção de providências preventivas que sejam requeridas e à Gerência de Governança, Riscos e Controle que detalhe a ocorrência no Relatório Gerencial de julho/2025.

6.3. Avaliação dos Riscos de Investimentos

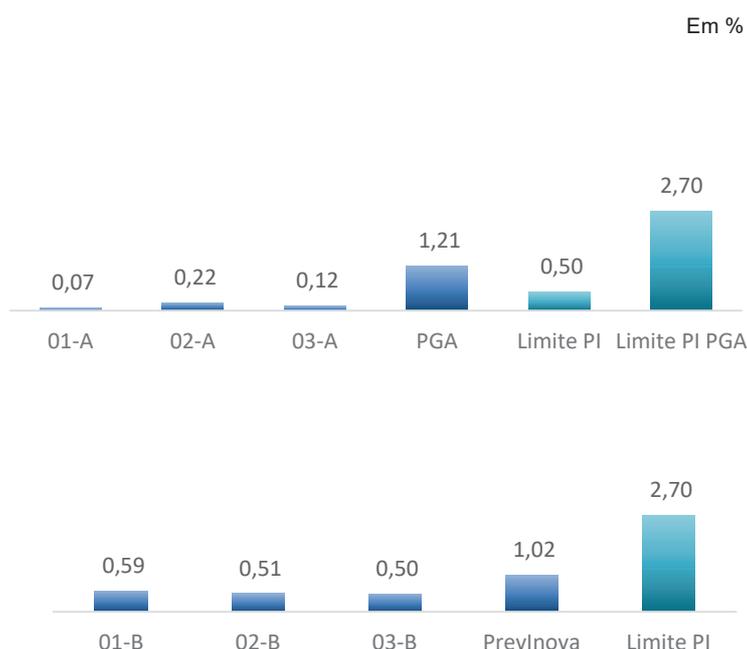
Seção II da Resolução CMN nº 4.994, de 24 de março de 2022, alterada pela Resolução CMN nº 5.202/2025.

Dentre os principais riscos que os planos de benefícios e PGA estão expostos, destacam-se os riscos de mercado, de liquidez e de crédito.

6.3.1. Risco de Mercado

O controle de risco de mercado é realizado através do modelo Value-at-Risk (VaR), definidos nas Políticas de Investimentos, demonstrado a seguir:

a. VaR Consolidado dos Planos de Benefício e PGA



b. VaR Mandato

Demonstrado a seguir, o risco por segmento e/ou mandatos, dos planos de benefícios e PGA.

b.1 Alocação dos Planos de Benefício Definido e PGA

Em %

Mandato	Limite PI	01-A	02-A	03-A	PGA ³⁰	Horizonte de Tempo
Renda Fixa	0,50	0,06	0,24	0,14	1,51	21 dias
Renda Variável	18,00	3,98	4,22	-	-	
Multimercado Estruturado	4,30	2,59	2,59	2,59	-	
Investimentos no Exterior	15,00	4,43	4,43	-	-	

³⁰ Limite PI do PGA - 2,70

b.2. Alocação dos Planos de Contribuição Definido

						Em %
Mandato	Limite PI	01-B	02-B	03-B	PrevlNova	Horizonte de Tempo
Renda Fixa	2,70	0,52	0,54	0,38	0,95	21 dias
Renda Variável	18,00	5,12	4,92	5,11	-	
Multimercado Estruturado	4,30	2,59	2,59	2,59	-	
Investimentos no Exterior	15,00	4,43	4,43	4,43	-	

6.3.2. Risco de Liquidez

O risco de liquidez (redução de demanda de mercado) é monitorado por meio do controle de percentual da carteira que pode ser negociada em condições adversas, conforme apresentado a seguir:

a. Planos de Benefício Definido e PGA

									Em %
Horizonte	01-A		02-A		03-A		PGA		
	Posição	Limite PI							
1 (um) dia útil	11,14	5,00	23,81	10,00	12,14	2,00	99,34	2,00	
21 (vinte e um) dias úteis	13,87	8,00	26,02	15,00	13,97	5,00	0,00	5,00	
252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis	17,74	10,00	29,72	17,00	18,19	10,00	0,66	15,00	

b. Planos de Contribuição Definida

									Em %
Horizonte	01-B		02-B		03-B		PrevlNova		
	Posição	Limite PI	Posição	Limite PI	Posição	Limite PI	Posição	Limite PI	
1 (um) dia útil	73,88	2,00	62,49	2,00	75,28	2,00	100,00	2,00	
21 (vinte e um) dias úteis	6,39	5,00	5,12	5,00	6,63	5,00	100,00	5,00	
252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis	19,73	15,00	32,39	15,00	18,09	15,00	100,00	15,00	

6.3.3. Risco de Crédito

Para realizar o controle e monitoramento do risco de crédito são considerados principalmente os ratings dos títulos de dívida bancária, ou das operações de

crédito estruturadas, sem prejuízo às análises realizadas em relação à estrutura dos ativos.

a. Exposição a Crédito Privado

O monitoramento da exposição a crédito privado é feito considerando a categoria de risco do papel em relação aos recursos garantidores, de acordo com os limites definidos em política de investimentos.

Importante destacar que os fundos Itaú Active e Vinci Imobiliário Crédito privado apresentaram pequenas alocações em Emissores classificados com grau especulativo, dentro dos limites definidos em política de investimentos.

a.1. Planos de Benefício Definido e PGA

Categoria de Risco	01-A	02-A	03-A	PGA	Limite PI (%)
Grau de Investimento + Grau Especulativo	1,36	4,59	2,38	7,46	60,00
Grau Especulativo	0,00	0,01	0,01	0,00	5,00

a.2. Planos de Contribuição Definida

Categoria de Risco	01-B	02-B	03-B	PrevlNova	Limite PI (%)
Grau de Investimento + Grau Especulativo	7,20	7,96	5,98	8,11	60,00
Grau Especulativo	0,01	0,01	0,01	0,00	5,00

6.4. Certificação de Dirigentes

A Previnorte acompanha a certificação dos Diretores, dos Conselhos Deliberativo e Fiscal e dos demais profissionais da entidade, conforme estabelecido no art. 1º da Resolução CNPC nº 39, de 30/03/2021.

O § 5º do Art. 5º de Resolução CNPC nº 39/2021, estabelece que:

"Para as entidades acessíveis aos empregados de uma empresa ou grupo de empresas privadas ou aos associados de pessoas jurídicas de caráter profissional, classista ou setorial, a certificação prevista no caput deste artigo será exigida para a maioria dos membros dos conselhos deliberativo e fiscal em efetivo exercício."

Dos membros abrangidos por esta resolução, 100% do Conselho Deliberativo e 100% do Conselho Fiscal estão certificados.

Descrição	Vínculo	Certificados
Conselho Deliberativo	Mandato	8
Conselho Fiscal	Mandato	6
Diretoria Executiva	Mandato	3
Comitê de Investimentos	-	6

Descrição	Vínculo	Certificados
Gerentes de Governança, Riscos e Controle, e de Investimentos	Contrato	2
Analistas de Governança, Riscos e Controle, e de Investimentos	Contrato	5
Outros Profissionais não obrigados por lei ³¹	Contrato	6

6.5. Auditorias e Fiscalizações

6.5.1. Auditoria Independente

O relatório das Demonstrações Contábeis 2024, foi apresentado e aprovado na 404ª Reunião do Conselho Deliberativo em 12 de fevereiro de 2024. Em 05 de junho de 2025, foi recebido Relatório de Auditoria do 4TRI, apresentou as seguintes recomendações:

Item	Recomendação	Posicionamento da Previnorte /Status
3.2 - Oportunidade de melhoria nos normativos de operações com participantes	Realizar estudo quantitativo e qualitativo da carteira de empréstimos, em relação a baixa e reversão dos ativos, procedendo a atualização e modernização dos critérios, tomando como base a Resolução supracitada, para o desenvolvimento das normas internas (controle preventivo). Resolução PREVIC nº 23/2023 artigos 199, 203, 204 e 205.	A partir do mês de outubro de 2024, os valores para o registro de baixa contábil, serão apurados gerencialmente, ressaltando que no sistema operacional da carteira de empréstimo serão mantidos esses contratos até o efetivo recebimento dos valores devidos. A Previnorte está implantando um novo sistema (ERP), no qual será aprimorado o controle do módulo de Empréstimos em conformidade aos artigos mencionados, com previsão de conclusão até 30 de setembro de 2025 . Em andamento

³¹ Outros profissionais não obrigados por lei: Gerentes de Benefícios Previdenciários, Administrativo-Financeira, Relacionamento, Assessora Técnica da Diretoria e Analistas de Relacionamento e Controles Internos.

Item	Recomendação	Posicionamento da Previnorte /Status
3.3 - Ausência de manual gerencial de análise reputacional	A criação de manual normativo de análise reputacional e a definição de regras e metodologia para aplicação das análises reputacionais e processos de due diligencie nas contratações (pessoas, produtos e serviços) da Fundação e a Elaboração de uma Lista de Restrição (“antiga black list”) contendo histórico de empresas que já celebraram contratos com a PREVINORTE, mitigando os riscos operacionais relacionados a imagem no que compete a associação com terceiros, demonstrando assim, conformidade parcial com o art. 12 da Resolução CGPC nº 13/2004.	Os procedimentos operacionais que regulamentam a aquisição de bens e serviços, estabelecem o cumprimento de padrões e a transparência das operações, com o objetivo de aprimorar a rotina. Os normativos internos serão revisados até 30 de setembro de 2025 . Em andamento
3.4 - Oportunidade de melhoria na normatização de processamento de carteira	Que a PREVINORTE envide esforços para elaborar, definir e estabelecer prazos referente a todo o fluxo processual que envolva os seguintes assuntos: (i) avaliação, preparação e aprovação dos laudos de avaliação econômico-financeiro; (ii) critérios quantitativos e qualitativos de indicativos internos e externos de imparidade; (...)	O valor dos seus ativos em fundos de investimentos, é acompanhado pela equipe interna da Previnorte, através de ferramenta Power BI desenvolvido pela Previnorte. Análise detalhada quanto aos impactos, avaliando diariamente os limites de Tolerância e Apetite ao Riscos dos investimentos. A revisão dos procedimentos será implantada até 30 de setembro de 2025 . Em andamento
3.5 - Ausência de rotina de teste de efetividade dos controles internos	Recomendamos que seja elaborado, formalizado, aprovado por órgão estatutário e institucionalizado por meio manual normativo a existência de uma matriz de controles internos prevendo as etapas de avaliação quantitativas e qualitativas, conforme melhores práticas preconizadas pela ISO 31000, estabelecendo também as obrigações das áreas operacionais com a gerência de controles internos, referente ao tema retro citado.	A rotina de aplicação de Teste de Aderência nos processos existentes na Entidade, será realizada para as demais áreas da Fundação, uma vez que encontra-se em fase de conclusão, as mensurações do escopo aplicado à Gerência Administrativo-Financeira. Informa-se também que outras áreas terão direcionamento do teste, até 30 de setembro de 2025 . Em andamento

tem	Recomendação	Posicionamento da Previnorte /Status
4.1 - Planejamento Estratégico, vinculação Organizacional e Acompanhamento	Para mitigar os riscos e maximizar os benefícios, recomenda-se: Estabelecer um plano estratégico de TIC que contemple metas claras e indicadores de desempenho; promover o alinhamento regular entre TIC e as lideranças institucionais; acompanhar periodicamente os resultados e fazer ajustes conforme necessário.	A rotina de indicadores de desempenho já estabelecidos em procedimentos, serão reavaliados a aplicabilidade de novos indicadores. Os normativos e procedimentos internos serão revisados até 30 de setembro de 2025 . Em andamento
4.2 - Políticas de Segurança da Informação	Para proteger os ativos e garantir conformidade, recomenda-se: Desenvolver políticas abrangentes e alinhadas a normas como LGPD e ISO 27001. Disseminar as políticas entre todos os colaboradores, com treinamentos periódicos. Monitorar a adesão às políticas e revisá-las regularmente.	Será elaborado plano de ação para realização das recomendações aplicáveis. Os normativos e procedimentos internos serão revisados até 30 de setembro de 2025 . Em andamento
4.3 - Controle de Acesso Lógico aos Recursos	Para mitigar riscos, recomenda-se: • implementar autenticação multifator (MFA) para sistemas críticos. • Revisar e atualizar periodicamente as permissões de acesso. • Manter registros detalhados de acessos e monitorá-los regularmente.	Todos os sistemas que possuem a tecnologia de MFA já estão com o recurso devidamente ativado. O processo de revisão também já é feito periodicamente, conforme previsto no PO 1.3.3 – Segurança das Informações que serão revisados até 30 de setembro de 2025 . Em andamento
4.4 - Inventário de Hardware e Software	Para uma gestão eficaz, recomenda-se: Utilizar ferramentas automatizadas para criar e manter o inventário atualizado. Garantir o controle de licenças e conformidade com contratos. Realizar auditorias periódicas para verificar a integridade do inventário.	A análise feita foi com base no número apresentado, mas ao lado destes números existe a observação de que o quantitativo de licença é de uso simultâneo, ou seja, pode ser instalado em mais de uma máquina, mas somente é permitido um acesso por vez, o qual é controlado automaticamente pela própria solução do Anydesk. O processo de auditoria já é feito periodicamente. Os normativos e procedimentos internos serão revisados até 30 de setembro de 2025 . Em andamento

tem	Recomendação	Posicionamento da Previnorte /Status
4.5 - Inventário de Hardware e Software	Para garantir a proteção de dados, recomenda-se: Estabelecer uma política clara de backup com periodicidade definida. Realizar testes regulares de restauração para validar a eficácia dos backups. Armazenar cópias de backup em locais distintos e seguros.	Os apontamentos em questão já existem. O detalhamento da política de backup está no PO 1.3.3 - Segurança das Informações, onde descreve como devem ser feitos os backups, restores e testes de restores. De qualquer forma, os normativos e procedimentos internos serão revisados até 30 de setembro de 2025 . Em andamento

6.5.2. Auditoria dos Patrocinadores

O patrocinador Eletronorte realizou auditoria no processo atuarial em todas as fundações da holding em 2024. Na Previnorte, foram identificados quatro achados de auditoria, dos quais, três foram tratados e um com previsão de conclusão em dezembro 2024, reprogramada para 15 de setembro 2025.

Achado de auditoria	Status
<p>2º Achado - Fragilidade em procedimentos operacionais relacionados aos cálculos atuariais.</p> <p>Recomendação: Elaborar e acompanhar plano de ação para atendimento das recomendações emanadas pelas auditorias/consultorias contratadas pela entidade, visando à mitigação do risco operacional, em especial quanto à: i) adequação, parametrização e/ou aprimoramento do sistema SYSPREV, com intuito de atender todas as rotinas da área, evitando assim, possíveis erros operacionais; e ii) elaboração de instruções que tratem de provisionamento atuarial (método de cálculo, parâmetros de elaboração, elaboração de testes de aderência, prazos de revisão de premissas atuariais adotadas e medidas a serem adotadas quando da ocorrência de desequilíbrios técnicos).</p>	<p>Item i - Com a implantação do Sistema Integrado – ERP, o risco de erros operacionais será mitigado, tendo em vista se tratar de sistema automatizado, desde a origem do lançamento até seu devido registro no balancete. A conclusão da implantação foi reprogramada para 15 de setembro de 2025.</p> <p>Em andamento</p> <p>Item ii - A metodologia de cálculos atuariais é de responsabilidade do atuário contratado pela Previnorte. Porém, será realizada a inclusão e/ou revisão das atividades em procedimento documentado, cujo prazo é 31 de março de 2024.</p> <p>Concluída</p>

6.6. Canal da Ética

Com o objetivo de aprimorar a transparência na gestão, a Previnorte coloca à disposição de todos os seus participantes, clientes, fornecedores e sociedade, o Canal da Ética.

O Código de Ética e Manual de Conduta Corporativa estabelece referências de padrões e condutas corporativas esperadas. A última revisão foi aprovada pelo Conselho Deliberativo na 380ª Reunião, ocorrida em 18 de dezembro de 2023.

Para fazer cumprir o que estabelece o código, a Comissão de Ética é composta por 1 (um) membro indicado pelo Conselho Deliberativo, responsável pela coordenação da comissão, e mais 3 (três) empregados da Previnorte escolhidos pela Diretoria Executiva.

No mês de julho de 2025, não houve registro. Os registros realizados em janeiro, março e maio de 2025, cujo somatório são 4 (quatro), foram concluídos como “**não procedente**”.

6.7. Operações de Prevenção à Lavagem de Dinheiro e ao Financiamento do Terrorismo - PLD/FT

De modo a manter como preceito maior a ética e a boa-fé, e a sua referência no segmento de previdência complementar, foi implantada a Política de Prevenção à Lavagem de Dinheiro e ao Financiamento do Terrorismo - PPLD/FT, em 2021, e revisada e aprovada pelo Conselho Deliberativo na 398ª Reunião, realizada em 25 de novembro de 2024, definindo diretrizes, regras e procedimentos que devem ser observados no âmbito da Previnorte, por todos os colaboradores e prestadores de serviços diretos.

De acordo com os controles internos praticados na Fundação, em julho de 2025, não foi identificado, nenhum fato que caracterizasse indícios de lavagem de dinheiro ou financiamento do terrorismo.

6.8. Lei Geral de Proteção de Dados

A Previnorte implementou boas práticas de governança na administração de dados pessoais. Isso envolve ações preventivas, iniciativas educacionais e medidas organizacionais para promover e aprimorar a cultura de privacidade e proteção de dados pessoais entre os empregados e/ou profissionais que atuam em seu nome. As diretrizes para esse propósito estão delineadas na Política de Governança e Proteção de Dados e nas Políticas de Segurança da Informação.

As atividades realizadas no mês de julho de 2025 estão em conformidade com os princípios da Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 - Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD). O canal direto disponibilizado no site da Previnorte (dpo@previnorte.com.br) é monitorado sistematicamente, não havendo nenhuma situação registrada.

6.9. Partes Relacionadas

A Previnorte realiza de forma recorrente as seguintes transações com as partes relacionadas:

- a. **Patrocinador:** Recebimentos de contribuições mensais, vertidas pelos patrocinadores, participantes e assistidos;
- b. **Participantes:** Pagamento de benefícios, conforme regulamentos dos respectivos Planos de Benefícios e concessão de empréstimos aos

participantes e assistidos, mediante formalização contratual e em conformidade com regulamento próprio;

- c. **Órgãos Estatutários:** Pagamento de remuneração aos Diretores e Conselheiros;
- d. **Comitês de Assessoramento:** Análise de cenários e riscos mensalmente;
e
- e. **Empregados:** Pagamento de remunerações aos empregados.

6.10. Fatos Relevantes

a. Equacionamento de Déficit do Plano de Benefícios 03-A

- Fundamentado na Resolução CNPC nº 58, de 14/11/2023, e no Estudo apresentado, o Conselho Deliberativo aprovou a postergação da elaboração do Plano de Equacionamento de Déficit do Plano 03-A para o exercício 2024. Na 398ª Reunião, realizada em 25 de novembro de 2024, aprovada pelo CD. O plano foi implantado em abril de 2025.
- Foi aportado em 02 e 06 de junho de 2025, a contribuição extraordinária, referente ao plano de equacionamento de déficit, pertinente as competências abril e maio de 2025, respectivamente;
- A contribuição extraordinária referente ao plano de equacionamento de déficit, da competência junho de 2025, foi paga em 07 de julho de 2025.
- O patrocinador Roraima Energia não apresentou garantia para a cobertura total da dívida referente ao Plano de Equacionamento de Déficit, implantado em abril de 2025, conforme Resolução CNPC nº 42, de 06 de agosto de 2021.

b. Projeto de Otimização da Previdência das Empresas Eletrobras

- O Conselho Deliberativo aprovou aceitar o convite da Eletrobras para a Previnorte participar do Projeto de Otimização da Previdência das Empresas Eletrobras, com o objetivo de otimizar e racionalizar a gestão dos planos de previdência complementar, no intuito de beneficiar os participantes ativos, aposentados e pensionistas da Fundação.
- Em atendimento a Carta Eletrobras CTA VGC 240/2025, de 18 de fevereiro de 2025, convidando a Previnorte para participar do projeto. O Conselho Deliberativo indicou os conselheiros e técnicos na 405ª Reunião, de 24 de fevereiro de 2025:

- 2 conselheiros, sendo um representante dos patrocinadores e outro representante dos participantes/assistidos;
- 1 representante técnico para cada um dos seguintes temas: Jurídico, Contábil, Investimentos, Administração, Recursos Humanos, Seguridade, Atuarial e Tecnologia da Informação.
- Nos dias 15 e 16 de abril de 2025, foram realizadas reuniões presenciais na sede da Eletrobras com a participação de todos indicados. Criado grupo de trabalho, com reuniões semanais.
- Proposta da estrutura organizacional discutida no grupo de conselheiros.
- Nos dias 09 e 10 de julho de 2025, foi realizada nova reunião presencial na sede da Eletrobras com a participação de todos indicados.
- Concluído pelos participantes do projeto, o mapeamento dos processos e a proposta da Estrutura Organizacional da Nova EFPC (EletrobrasPrev). Aguardando aprovação da Eletrobras.
- Recebida Carta Eletrobras CTA-FRD-017/2025, solicitando alguns documentos (contratos, dados da carteira de investimentos, empréstimos, entre outros) que deverão ser enviados até 31 de agosto de 2025.

c. Troca de Acionista Controlador da Amazonas Energia S/A

- O patrocinador dos Planos de Benefícios 02-A e 02-B, Amazonas Energia S.A., responsável pelo serviço de distribuição de energia elétrica no estado do Amazonas, está em fase de transferência de controle acionário.
- O prazo inicial para transferência de controle acionário era 31 de dezembro de 2024, o qual foi prorrogado por mais 60 dias. Em fevereiro de 2025, foi concedida nova prorrogação de 60 dias, a contar de 1º de março de 2025. Depois, houve outra dilatação da prorrogação por mais 90 dias, a contar de 30 de abril, que se encerrava-se em 29 de julho de 2025.
- A 1ª Vara Cível da SJAM (Seção Judiciária do Amazonas), no dia 25/07/2025, decidiu prorrogar novamente o prazo para conclusão da transferência da Amazonas Energia para a Âmbra, do Grupo J&F, até que seja concluído um acordo em andamento com a ANEEL (Agência Nacional de Energia Elétrica), ou seja, “até que haja composição administrativa ou judicial sobre a questão, ou finalização dos procedimentos junto à ANEEL e ao ministério competente, o que ocorrer primeiro”.

- Em 14 de agosto de 2025, a Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) autorizou um repasse de R\$ 139,5 milhões à Amazonas Energia para auxiliar nos custos operacionais enquanto a transferência para a Âmbar Energia não for resolvida.
- d. Operações Estruturais Relacionadas para os Planos de Benefícios 02-A e 02-B
- O patrocinador Eletrobras Eletronorte solicitou a realização da cisão das massas de participantes de cada Patrocinador dos Planos 02-A e 02-B e, a incorporação destes a outros planos do patrocinador.
 - O Conselho Deliberativo, em sua 400ª reunião, em 16 de dezembro de 2024, orientou a Diretoria Executiva a adotar todas as providências necessárias.
 - Em 29 de abril de 2025, foi aprovada pela Diretoria Executiva a contratação da consultoria Wedan Consultoria e Gestão de Riscos em 27 de maio de 2025, para elaboração de estudos de Cisão 02-A e 02-B e Incorporação 01-A e 01-B.
 - Kick-off realizado em 10 de junho de 2025.
 - O estudo está em fase de elaboração pela consultoria, com previsão de submeter a estratégia aos patrocinadores até 23 de dezembro de 2025. Após aprovação, será iniciada segunda etapa do processo, com a submissão à PREVIC.
- e. Processo de Supervisão da Previc
- A Previnorte passou, ao longo de 2024, por um processo de supervisão da Superintendência Nacional de Previdência Complementar (Previc) e na reunião de devolutiva, ocorrida no mês de dezembro, foram apresentados os destaques do Relatório de Fiscalização à Diretoria, que deu conhecimento aos Conselhos Deliberativo e Fiscal, nas reuniões de dezembro de 2024, e elaborou Relatório de Posicionamento encaminhado à Autarquia.
 - Em 17 de março de 2025, foi recebido o Ofício nº 1792/2025/PREVIC, referente ao assunto Relatório de Fiscalização nº 49/2024/PREVIC. Dos 18 apontamentos iniciais, 10 foram encerrados e solicitado envio de documentação adicional até 30 de abril de 2025 para os 8 apontamentos remanescentes.
 - Em 16 de maio de 2025, recebeu a "Solicitação de Informações e Documentos (SID) 108/2025/PREVIC, solicitando a seguinte documentação:

- Plano de Equacionamento de Déficit do Plano de Benefícios 03-A, elaborado pela Consultoria Atuarial Atuas. Encaminhado à PREVIC em 23 de março de 2025.
 - Comprovação do pagamento do Plano de Equacionamento de Déficit do Plano de Benefícios 03-A, por parte dos assistidos e da Patrocinadora. Encaminhado à PREVIC em 23 de maio de 2025 e 07 de junho de 2025.
 - Instrumento contratual de confissão de dívida, contendo garantias suficientes para a efetiva cobertura total da dívida contratada junto à Patrocinadora, referente ao Plano de Equacionamento de Déficit do Plano de Benefícios 03-A.
- Em 02 de junho de 2025, foi recebido Nota nº 311/2025/PREVIC, referente análise da resposta da Previnorte ao Ofício 1792/2025/PREVIC e à Nota nº 65/2025/PREVIC referente ao Relatório de Fiscalização nº 49/2024/PREVIC. Após análise das manifestações da Previnorte, dos 8 apontamentos remanescentes, todos foram encerrados. No entanto, 3 novas determinações foram citadas:
 1. Primeira, dado a falta de assinatura da patrocinadora do Convênio de Adesão e o Instrumento de Confissão de Dívida referente Plano de Equacionamento de Déficit do Plano de Benefícios 03-A, pela Patrocinadora, apresentar a PREVIC plano de ação para a garantia do pagamento do déficit, com prazo até dia **30 de junho de 2025**.
 2. Segunda, determina ao Conselho Deliberativo da Previnorte a comunicação a PREVIC no caso de inadimplência se mantenha;
 3. Terceira, caso a inadimplência ultrapasse o prazo de noventa dias do vencimento, proceder a execução judicial da dívida.
 - Referente a 1ª determinação, não houve a sinalização de anuência ao Convênio e nem indicação formal de garantia pela Patrocinadora, no entanto, foi registrado pagamento de contribuição extraordinária, referente ao plano de equacionamento de déficit, pertinentes as competências: abril, maio e junho de 2025;
 - Face ao exposto, não se fazer necessário tomada de ação em comento a 2ª e a 3ª determinação.

7. Administração dos Fundos de Investimentos

7.1. Despesa com a Gestão de Investimentos

As despesas com a gestão da carteira própria e da carteira terceirizada de investimentos foi de 0,20%, em relação ao total de recursos alocados, e estão demonstradas a seguir:

Em R\$ milhão					
Despesa	Patrimônio	%	Própria	Terceirizada	%
Gestão Terceirizada - Fundos de Investimentos	2.858,02	62,56	-	5,52	61,76
Gestão Própria	1.613,79	35,33	2,84	-	31,80
Administração dos Empréstimos	96,59	2,11	0,57	-	6,43
Total	4.568,39	100,00	3,42	5,52	100,00
				8,93	

7.1.1. Despesa com a Gestão Terceirizada dos Fundos de Investimentos

O quadro a seguir apresenta a composição dos recursos alocados na carteira de fundos de investimentos, retorno obtido pelos fundos e taxas de administração pagas no ano.

Em R\$ mil					
Fundo	Recurso Alocado	Retorno	Taxa		
		%	Valor	Adm % a.a.	Performance
Renda Fixa - Fundos Abertos					
Itaú Institucional RF IMA-B 5 FC	109.538,4	5,39	4,0	0,18	-
Vinci FI Renda Fixa Imobiliário – Crédito Privado II	54.432,0	8,33	0,0	0,84	20% do que excede o IPCA + 6%
Caixa FI Previnorte Renda Fixa Crédito Privado - LP	391.643,5	5,95	55,5	0,15	-
Bradesco FI Renda Fixa Crédito Privado Previnorte	351.019,7	7,33	49,8	0,11	
Referenciado - Fundo Aberto					
Safra Soberano Regime Próprio FIC FI RF Referenciado DI	394.973,1	6,34	30,5	0,10	
Porto Segur Sober Ref DI FIF RF Resp Lim	175.388,4	0,10	24,3	0,15	
Institucional Active Fix IB Multimercado FI	423.762,5	4,49	3,9	0,30	

Em R\$ mil

Fundo	Recurso Alocado	Retorno	Taxa		
		%	Valor	Adm % a.a.	Performance
Multimercado Renda Fixa - Fundos Exclusivos					
Western Asset Previnorte FIM	272.615,3	6,24	61,3	0,25	
BNP Paribas Previnorte FIM	265.529,2	6,85	48,7	0,20	
Renda Variável					
Constância Fundamento FIA	40.782,2	14,46	77,9	2,00	
Navi Institucional FIA	35.779,3	15,12	0,2	1,50	
Oceana Selection FC FI DE Ações	28.063,2	26,18	52,4	2,50	
Principa Claritas Valor Feeder FC FIA	35.659,9	24,39	8,4	0,70	
Multimercado Estruturado - Fundos Abertos					
Vinci Multiestratégia Institucional FIM CP	49.454,0	8,34	-	0,95	20% do que excede o IPCA + 5,00 %a.a
SPX Nimitz Estruturado FIC FI Mult	30.905,6	3,12	6,6	até 2,30	20% do que excede 100% o CDI
Blackrock Global E. D. Master FI Mult IE	26.344,4	9,52	1,6	Máxima 0,70	-
Blk SUS GI Bond Inc Master FI Mult IE	16.030,8	7,17	1,0	1,40	
JPMorgan GLB MAC OPP FC FI Mult Classe A	22.977,5	0,86	26,8	1,50	
Oaktree Global Credit BRL FI Mult IE	16.345,8	6,55	3,0	1,00	
Pimco Income FI Multimercado INV EXT	21.942,1	9,27	0,7	1,50	
Acadian Global Managed VOL EQ USD FIA IE	26.020,2	(1,77)	1,7	0,03	
Schroder Sust Acoes Glob USD FIA IS IE	24.169,3	(6,85)	3,2	0,15	
Janu Hend Glob Tech Dolar INST FC FIA IE	26.875,9	(3,75)	8,2	0,34	
T. Rowe US Smaller Companies Equity FIC FIA IE	9.170,5	(0,83)	2,8	0,34	
BB Ações B Glob Ativo FC FIA BDR ETF N I	24.151,9	10,22	2,9	1,00	10% MSCI ACWI

Em R\$ mil				
Descrição	Mês	Participação Mês %	Ano	Participação Ano %
Valor Total	475,3	100,00	5.439,7	100,00
Total Fundos Exclusivos	215,2	45,27	1.491,2	27,41
Total Fundos Abertos	260,1	54,73	3.948,5	72,59

7.1.2. Despesas com a Gestão Própria

Em R\$ milhão		
Despesa	Carteira	Valor
Despesa com pessoal próprio *32	Própria, Terceirizada, Imóveis e Empréstimos	2,14

Em R\$ milhão		
Despesa	Carteira	Valor
Taxa de Custódia / Selic /CBLC	Própria (Títulos Públicos)	0,66
Consultorias de Investimentos	Própria e Terceirizada	0,04
Total		2,46

7.2. Acompanhamento dos Relatórios de Auditores Independentes dos Fundos de Investimentos.

Os fundos apresentaram conformidade nas suas respectivas Demonstrações Financeiras.

³² O custo com a gestão própria de investimentos estar alocado nos seguintes processos:

Gerência de Investimentos: Elaboração da Política de investimentos, Macro alocação - elaboração e monitoramento, Seleção de fundos, Gestão da carteira de títulos públicos, Monitoramento de desempenho das carteiras de investimentos, Monitoramento de eventos dos fundos e dos ativos, Manutenção do caixa e Execução de operações em mercado. **Gerência de Governança, Riscos e Controle:** BackOffice das Carteiras de Investimentos para Registro Contábil, Compliance das Carteiras de Investimentos, Cálculo, Análise e Monitoramento dos Riscos de Investimentos (mercado, crédito, liquidez, legal e operacional), Cálculo e Análise de Resultados dos Investimentos, Participação na Elaboração da Política de Investimentos, Análise de Compliance e Riscos das Novas Estratégias, Análise das Demonstrações Financeiras dos Fundos de Investimentos, Participação nas Análises e Revisão dos Regulamentos dos Fundos de Investimentos Restritos e Elaboração do Relatório Mensal de Controle Interno dos Investimentos. **Gerência Administrativo-Financeira:** Gestão da Carteira de Investimentos Imobiliários, Gestão da Carteira de Operações com Participantes e Execução dos pagamentos das boletas.

8. Outras informações:

8.1. Balancete do mês

Em R\$ mil

Descrição	jun/2025	jul/2025	Movimentação	Variação %
- Ativo	4.596.871 D	4.594.111 D	(2.760)	(0,06)
- Disponível	93 D	335 D	242	259,17
- Gestão Previdencial	6.556 D	6.390 D	(165)	(2,52)
- Gestão Administrativa	17.140 D	17.441 D	301	1,75
- Investimentos	4.571.687 D	4.568.583 D	(3.104)	(0,07)
- Imobilizado E Intangível	1.395 D	1.362 D	(33)	(2,34)
- Passivo	4.596.871 C	4.594.111 C	(2.760)	(0,06)
- Gestão Previdencial	17.376 C	15.853 C	(1.523)	(8,77)
- Gestão Administrativa	2.562 C	2.622 C	60	2,35
- Investimentos	2.509 C	2.945 C	436	17,38
- Exigível Contingencial	15.451 C	15.453 C	3	0,02
- Patrimônio Social	4.558.973 C	4.557.237 C	(1.736)	(0,04)
- Patrimônio De Cobertura Do Plano	4.274.582 C	4.271.187 C	(3.395)	(0,08)
- Provisões Matemáticas	4.040.067 C	4.033.480 C	(6.587)	(0,16)
- Equilíbrio Técnico	234.515 C	237.707 C	3.193	1,36
- Fundos	284.391 C	286.050 C	1.659	0,58
- Gestão Previdencial				
- Adições	23.882 C	27.641 C	3.759	15,74
- Deduções	250.421 D	286.227 D	35.806	14,30
- Cobertura/Reversão de Despesas Administrativas	526 D	630 D	104	19,78
- Fluxo dos Investimentos	276.239 C	305.168 C	28.929	10,47
- Constituição/Reversão de Provisões Matemáticas	29.311 D	22.712 D	(6.599)	(22,51)
- Constituição/Reversão de Fundos Previdenciais	4.480 D	4.664 D	184	4,10
- Superávit/Déficit Técnico	15.383 D	18.576 D	3.193	20,75
- Gestão Administrativa				
- Receitas	14.268 C	16.726 C	2.458	17,22
- Despesas	14.132 D	16.079 D	1.947	13,78
- Constituições/Reversões de Provisões Contingenciais	32 D	34 D	3	8,95

Descrição	jun/2025	jul/2025	Movimentação	Varição %
- Fluxo dos Investimentos	6.312 C	7.279 C	968	15,33
- Constituição/Reversão de Fundos	6.416 D	7.892 D	1.475	22,99
- Fluxo dos Investimentos				
- Rendas/Variações Positivas	680.781 C	782.000 C	101.219	14,87
- Deduções/Variações Negativas	384.536 D	453.512 D	68.976	17,94
- Cobertura/Reversão de Despesas Administrativas	13.713 D	16.059 D	2.347	17,11
- Apuração do Fluxo dos Investimentos	282.550 D	312.447 D	29.897	10,58

O ativo total no mês representou R\$ 4,59 bilhões, com a variação patrimonial positiva de 0,06% (R\$ 2,76 milhões).

8.2. Resoluções de Diretoria

Reunião DEx	Data	RD	Assunto
027	01/07/2025	065	Alocação da despesa com pessoal próprio no Projeto de Otimização da Previdência das Empresas Eletrobras
028	15/07/2025	066	Revisão dos Regimentos Internos dos Comitês de Investimentos, de Estratégia e Riscos e da Política de Alçadas de Investimentos
030	22/07/2025	067	Concessões e Folha de Pagamento de Benefícios do mês 07/2025
		068	Prorrogação do Contrato Mestra

Wagner Nunes dos Santos
Analista I

Sandra Wanderley Lopes
Gerente Executiva Governança, Riscos e Controle